

OCCASIONAL PAPER

1 | 2012

INQUÉRITO À SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS FAMÍLIAS: METODOLOGIA E PRINCIPAIS RESULTADOS

Sónia Costa
Luísa Farinha

Maio 2012

As opiniões expressas no artigo são da responsabilidade dos
autores não coincidindo necessariamente com as do Banco
de Portugal ou do Eurosistema

A correspondência deverá ser enviada para:
Banco de Portugal, Departamento de Estudos Económicos
Av. Almirante Reis 71, 1150-012 Lisboa, Portugal;
email: estudos@bportugal.pt



Banco de Portugal
EUROSISTEMA

BANCO DE PORTUGAL

Av. Almirante Reis, 71

1150-012 Lisboa

www.bportugal.pt

Edição

Departamento de Estudos Económicos

Design e distribuição

Departamento de Serviços de Apoio

Área de Documentação, Edições e Museu

Serviço de Edições e Publicações

Impressão

Departamento de Serviços de Apoio

Lisboa, Maio 2012

Tiragem

75 exemplares

ISBN 978-989-678-136-1

ISSN 1646-7477 (impresso)

ISSN 2182-1798 (*online*)

Depósito Legal nº 257971/07

Inquérito à Situação Financeira das Famílias: metodologia e principais resultados*

Sónia Costa e Luísa Farinha

Resumo

Este artigo apresenta a primeira edição de um novo Inquérito à Situação Financeira das Famílias (ISFF), a qual foi conduzida em 2010 pelo Banco de Portugal e pelo Instituto Nacional de Estatística. O ISFF realizou-se no âmbito de um projeto europeu, designado por Household Finance and Consumption Survey (HFCS), que tem como objetivo recolher informação sobre a situação financeira das famílias, de forma comparável nos países que constituem a área do euro. O ISFF é a única fonte estatística em Portugal que permite relacionar ao nível da família informação sobre ativos, dívida, rendimentos, consumo, aspetos demográficos e sócio-económicos e ainda sobre atitudes e expectativas. O presente artigo tem como principais objetivos apresentar os aspetos metodológicos associados ao ISFF e analisar os principais resultados do inquérito relativamente à distribuição da riqueza, dívidas, rendimento e consumo por várias classes de famílias.

* As autoras agradecem os comentários de Rita Rasquilha e Carlos Marcelo do INE.

Índice

1. Introdução	3
2. Preparação do inquérito	4
2.1 Aspetos institucionais	4
2.2 Conteúdo do questionário	6
2.3 Desenho e seleção da amostra	10
2.4 Preparação da fase de recolha	12
3. Preparação da base de dados final	13
3.1 Tratamento dos dados: edição e imputação	14
3.2 Cálculo dos ponderadores finais e das réplicas	17
3.3 Anonimização	19
4. Indicadores relativos à qualidade das entrevistas	19
4.1 Número de perguntas efetuadas e duração da entrevista	19
4.2 Taxas de participação no inquérito	21
4.3 Taxas de resposta por pergunta	22
4.4 Grau de sobre-representação	25
5. Análise dos resultados relativos à situação financeira das famílias	25
5.1 Rendimento e riqueza líquida	26
5.2 Riqueza bruta	32
5.2.1. Riqueza real	32
5.2.2 Riqueza financeira	35
5.3 Dívida	39
5.4 Consumo	42
6. Considerações finais	44
7. Referências	45
Anexo 1 - Aspetos práticos associados à utilização da base de dados do ISFF	46
Anexo 2 – Descrição das variáveis	48

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar o novo Inquérito à Situação Financeira das Famílias (ISFF) conduzido em 2010. O ISFF realiza-se no âmbito de um projeto europeu, designado por *Household Finance and Consumption Survey (HFCS)*, que tem como objetivo recolher informação sobre a situação financeira das famílias, de forma comparável nos países que constituem a área do euro. Em 2006, foi constituído um grupo ao nível do Eurosistema, formado por representantes dos bancos centrais dos vários países da área do euro e coordenado pelo BCE, com a missão de levar a cabo o projeto de realização de um inquérito harmonizado sobre a situação financeira das famílias. Este grupo preparou um questionário e definiu as características técnicas que servem de modelo aos inquéritos realizados nos vários países participantes. Apesar da sincronização temporal ser um dos objetivos a atingir na realização do *HFCS*, a primeira edição efetuou-se com alguns desfasamentos entre os vários países. Este facto, aliado às dificuldades inerentes à realização da primeira edição, tem como consequência que os dados para o conjunto dos países da área do euro só devam estar disponíveis no início de 2013.

Apesar de ser um projeto europeu, a sua implementação é descentralizada a nível nacional. No caso de Portugal, a realização do inquérito é da responsabilidade conjunta do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística, estabelecida num acordo formal firmado em Dezembro de 2009. O ISFF encontra-se inscrito no Plano de Atividades do Sistema Estatístico Nacional.

O Banco de Portugal e o INE tinham já colaborado anteriormente na recolha de informação sobre a situação financeira das famílias através da realização do Inquérito ao Património e Endividamento das Famílias (IPEF) que se realizou em 1994, 2000 e 2006. Tal como o anterior IPEF, o ISFF mantém-se como a única fonte estatística que, em Portugal, permite relacionar, ao nível da família, informação sobre ativos, dívida, rendimentos, consumo, aspetos demográficos e sócio-económicos e ainda sobre atitudes e expectativas. O facto de o ISFF se inserir num projeto europeu implica a realização de um inquérito com algumas características diferentes das do anterior IPEF, no que respeita ao conteúdo do questionário, processo de amostragem, tratamento de dados omissos e frequência do inquérito. Algumas destas diferenças têm como consequência dificultar as comparações com os resultados obtidos com o IPEF.

Os dados de carácter microeconómico são muito úteis para analisar a forma como as principais variáveis relativas à situação financeira das famílias se distribuem por famílias de diferentes características socio-económicas e demográficas. De facto não é possível

efetuar este tipo de análise com base em dados agregados, como, por exemplo, as Contas Nacionais Financeiras. A principal limitação destes dados advém da tradicional relutância das famílias em revelarem informação sobre o valor dos seus rendimentos, ativos financeiros e dívidas. Por este motivo deve evitar-se utilizar estes dados para efetuar extrapolações destas variáveis para o conjunto da população. No entanto, esta limitação afeta em muito menor grau a distribuição das variáveis bem como as correlações entre elas.

O presente artigo tem como objetivo apresentar os aspetos metodológicos associados ao ISFF e analisar os principais resultados do inquérito. Os aspetos metodológicos são apresentados nas duas secções seguintes. Na secção 2 apresenta-se o conteúdo do questionário e descrevem-se os diversos aspetos envolvidos na preparação do inquérito. Na secção 3 descreve-se a metodologia adotada no tratamento dos dados recolhidos, no cálculo dos ponderadores e na anonimização dos dados. Os resultados do inquérito são descritos nas secções 4 e 5. A secção 4 inclui alguns dados relativos à dimensão e duração das entrevistas assim como as taxas de resposta e grau de sobre-representação das famílias mais ricas na base de dados final. Na secção 5 analisa-se a distribuição do rendimento, da riqueza líquida, dos ativos, das dívidas e do consumo das famílias portuguesas de acordo com algumas características demográficas e socio-económicas. Por fim, a secção 6 apresenta algumas considerações finais.

2. Preparação do inquérito

Esta secção apresenta os aspetos prévios à fase de recolha dos dados, começando por uma breve descrição do enquadramento institucional do ISFF. Em seguida, descreve-se o conteúdo do questionário, apresenta-se o plano de amostragem e referem-se os trabalhos preparatórios da recolha, nomeadamente, a programação informática do questionário, a seleção e a formação dos entrevistadores e a forma de contacto das famílias.

2.1 Aspetos institucionais

O ISFF está integrado no âmbito de um projeto europeu, designado por *Household Finance and Consumption Survey (HFCS)*. O *HFCS* surgiu da necessidade dos bancos centrais que fazem parte do Eurosistema disporem de informação de carácter microeconómico relativa às famílias, que permitisse a realização de estudos com o objetivo de encontrar respostas para questões com relevância para a condução da política monetária e manutenção da estabilidade financeira ao nível da área do euro. Embora

alguns países, entre os quais se encontra Portugal, já recolhessem anteriormente dados sobre a situação financeira das famílias, as diferenças de conteúdo, metodologia, frequência dos inquéritos nacionais tornavam muito difíceis as comparações e praticamente impossível a obtenção de variáveis agregadas relativas à área do euro. Assim, constituiu-se um grupo, formado por representantes dos bancos centrais e/ou institutos de estatística dos vários países da área do euro e do BCE, com a missão de levar a cabo o projeto de realização de um inquérito harmonizado sobre a situação financeira das famílias. Este grupo preparou um questionário e definiu as características técnicas que servem de modelo aos inquéritos realizados nos vários países participantes. A informação recolhida será centralizada no BCE, tendo em vista a criação de uma base de dados com informação comparável ao nível microeconómico sobre a situação financeira das famílias de todos os países da área do euro que poderá ser disponibilizada para projetos de investigação.

Embora o *HFCS* seja um projeto que teve origem no Eurosistema e que é coordenado pelo Banco Central Europeu, a sua implementação é descentralizada ao nível dos bancos centrais nacionais. No caso de Portugal, considerou-se que seria vantajoso associar o Instituto Nacional de Estatística (INE) ao projeto, face à alternativa de recorrer a uma empresa de sondagens para a seleção da amostra e realização das entrevistas. De facto, o Banco de Portugal e o INE já tinham adquirido experiência de trabalho conjunto neste campo com a realização das três edições do IPEF. Sendo o INE autoridade estatística, a sua participação permitiu aumentar a credibilidade do projeto. Além disso, o INE tem a responsabilidade de conceber e atualizar, a partir da informação dos Censos, uma base de amostragem para os inquéritos realizados às famílias no âmbito do Sistema Estatístico Nacional e amplos conhecimentos no desenho e seleção de amostras probabilísticas. Finalmente, o INE dispõe de uma estrutura constituída por entrevistadores e seus superiores hierárquicos com experiência na condução de inquéritos às famílias. Em Dezembro de 2009, os representantes do Banco de Portugal e do INE assinaram um acordo formal no qual ficaram estabelecidas as formas de colaboração entre as duas instituições, uma divisão genérica de tarefas e a sua calendarização. Tal como acordado, o Banco de Portugal foi o principal responsável pela versão portuguesa do questionário do *HFCS* e pela sua programação informática. O plano de amostragem e a seleção da amostra foram principalmente da responsabilidade do INE, seguindo os princípios gerais acordados para o projeto europeu. A formação dos entrevistadores foi realizada nas instalações regionais do INE, tendo o material de apoio à formação sido preparado em grande parte pelos técnicos do Banco de Portugal. Na maioria das sessões de formação participaram dois formadores do Banco de Portugal e um do INE. A recolha de informação

foi assegurada pela estrutura de entrevistadores do INE. Após a recolha, a maior parte do trabalho de edição da base de dados e da sua harmonização com o *HFCS* foi realizada pelos técnicos do Banco de Portugal, que posteriormente participaram na preparação da imputação e na análise da base de dados imputada. A imputação dos dados omissos, o cálculo dos ponderadores e a anonimização da base de dados foram realizados pelo INE.

2.2 Conteúdo do questionário

O questionário do ISFF baseia-se no questionário preparado no contexto do grupo de trabalho do Eurosistema com algumas adaptações à realidade portuguesa. As variáveis do ISFF encontram-se, contudo, totalmente harmonizadas com as variáveis do *HFCS*. Estas variáveis, as quais foram definidas no contexto do *HFCS*, podem ser divididas em dois grupos. O primeiro, designado por *core variables*, é constituído por variáveis que permitem caracterizar de forma detalhada a situação patrimonial das famílias, cobrindo também alguns aspetos complementares (económicos, sócio-demográficos e relativos a atitudes e expectativas) considerados essenciais para aquela caracterização. Estas variáveis devem fazer parte das bases de dados nacionais de todos os países participantes. O outro grupo, designado por *non-core variables*, contém variáveis que visam essencialmente obter detalhes adicionais sobre a situação patrimonial das famílias e reforçar a informação sobre atitudes e expectativas. No ISFF foram efetuadas as questões necessárias para obter todas as variáveis *core* e algumas variáveis *non-core*.

Em linha com o questionário harmonizado do *HFCS*, o questionário do ISFF divide-se em quatro partes com objetivos distintos¹.

A primeira parte consiste no ***questionário de contacto***. Este questionário inclui um conjunto de perguntas que se destinam a confirmar se o alojamento é utilizado como residência principal de um agregado familiar², selecionar um único agregado, no caso de residir mais do que um no alojamento, identificar a pessoa que conhece melhor a situação financeira da família e identificar com base no nome (que pode ser fictício), idade e relação com o representante da família³ todos os membros do agregado. Procura-se que a identificação de todos os elementos da família seja efetuada de forma rigorosa, levando em consideração que, para efeitos do ISFF, a família corresponde ao conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas básicas (com a alimentação e o

¹ O questionário harmonizado desenvolvido no âmbito do *HFCS* está disponível no site do BCE (http://www.ecb.int/home/html/researcher_hfcn.en.html).

² Neste artigo as expressões agregado familiar ou família serão utilizadas como sinónimos.

³ O representante da família é um membro da família com idade superior ou igual a 15 anos e que seja considerado como representante pelos restantes membros.

alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco⁴. A pessoa que conhece melhor a situação financeira da família deverá ser, preferencialmente, a que responde à parte substancial do inquérito e nomeadamente às questões relativas ao agregado no seu conjunto.

A segunda parte consiste no **questionário sobre a situação financeira das famílias**, que é a parte substancial do ISFF. O seu conteúdo é descrito com algum detalhe na Caixa 1. Este questionário está organizado por tópicos que se repartem por *nove secções*. No quadro 1 apresenta-se a lista das várias secções do questionário principal, com a indicação do número de perguntas existentes em cada uma, a unidade de referência e o período de referência.

Quadro 1 – Conteúdo do questionário à situação financeira das famílias

Seção	Unidade de referência	Período de referência	Número de questões
1. Aspetos demográficos	Indivíduo	Momento da entrevista	8
2. Ativos reais e hipotecas	Família	Momento da entrevista	126
3. Outras dívidas	Família	Momento da entrevista	59
4. Ativos financeiros e negócios	Família	Momento da entrevista	74
5. Condição perante o trabalho	Indivíduo	Momento da entrevista	18
6. Direitos sobre pensões	Indivíduo	Momento da entrevista	17
7. Rendimentos	Indivíduo e família	Ano anterior	11+15
8. Heranças e doações	Família		22
9. Consumo e poupança	Família	Últimos 12 meses	13

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias.

As secções 2, 3 e 4, sobre os ativos das famílias e as suas dívidas, correspondem a mais de 70 por cento da totalidade das questões, em linha com o principal objetivo do inquérito. A *unidade de observação* principal é a família, no entanto em algumas secções a maioria ou mesmo a totalidade das questões são dirigidas aos indivíduos que formam a família. Com efeito, a maioria das questões demográficas da secção 1 referem-se a cada um dos indivíduos que compõem o agregado e as questões sobre a condição perante o trabalho, os direitos sobre pensões no futuro e os rendimentos incluídas, respetivamente, nas secções 5, 6 e 7, dizem respeito a cada um dos membros da família com 16 anos ou mais na data da entrevista. O *período de referência* da maior parte das questões é o momento da entrevista (segundo trimestre de 2010). Existem, no entanto, algumas exceções. Na secção 7, os rendimentos referem-se ao ano civil completo anterior ao do momento da entrevista (2009). Por sua vez as questões sobre consumo referem-se aos 12 meses imediatamente anteriores à realização da entrevista. Algumas questões das secções

⁴ A família deve incluir igualmente indivíduos que, embora possam não estar a residir no alojamento em causa, sejam completa ou principalmente dependentes do agregado em termos financeiros (por exemplo, filhos a estudar fora). Por sua vez, indivíduos que partilhem o alojamento de uma família mas cujas despesas não façam parte do orçamento comum constituem uma família independente.

3, 4, e 5 referem-se aos três anos anteriores à entrevista ou aos dois anos seguintes (expectativas). No caso das questões sobre heranças e doações da secção 8 não existe período de referência. No quadro 1 apresenta-se apenas o período de referência dominante em cada uma das secções.

A terceira parte do questionário do ISFF, que consiste no **encerramento da entrevista**, inclui algumas perguntas efetuadas ao respondente para avaliar a sua perceção sobre o inquérito em geral, sobre eventuais dificuldades sentidas durante o questionário e sobre aspetos que queira acrescentar por serem relevantes para a avaliação da situação financeira da família.

A última parte do questionário, que se destina a recolher informação tecnicamente designada por **paradados**, consiste num conjunto de questões para serem respondidas pelo entrevistador após a realização da entrevista. Estas questões destinam-se sobretudo a avaliar a perceção do entrevistador sobre a forma como decorreu a entrevista e sobre o grau de preparação e a atitude do entrevistado durante a sua realização. Esta informação é importante para se avaliar a qualidade da informação recolhida.

Caixa 1. Conteúdo do questionário principal, secção a secção

A secção 1 do questionário à situação financeira das famílias permite obter as variáveis demográficas básicas relativas a cada um dos membros do agregado (por exemplo, sexo, idade, estado civil, naturalidade) assim como questões que permitem caracterizar o seu nível socioeconómico (por exemplo, nível de educação).

A secção 2 tem como objetivo principal conhecer o valor dos vários tipos de ativos reais de que as famílias são proprietárias (imóveis, veículos e bens valiosos) e o valor das hipotecas sobre os imóveis. É também recolhida informação sobre as características da residência principal do agregado e das propriedades imobiliárias. Estas questões têm um maior detalhe no caso da residência principal, sendo algumas questões efetuadas mesmo no caso de a família não ser proprietária da mesma. Relativamente às hipotecas sobre os imóveis, são caracterizados individualmente (por exemplo, montantes inicial e em dívida, prazo e prestações) os empréstimos de maior valor que tenham a residência principal como garantia e os de maior valor que tenham outros imóveis como garantia⁵.

Na secção 3 o principal objetivo é caracterizar as restantes responsabilidades que a família tenha. São efetuadas perguntas sobre contratos de leasing, linhas de crédito ou contas com

⁵ Existem perguntas para cada um dos três empréstimos de maior valor em dívida. No caso de as famílias terem mais do que três empréstimos, a informação sobre o valor dos restantes é recolhida de forma agregada. Este procedimento é igualmente seguido no caso dos empréstimos não garantidos, dos negócios por conta própria e dos outros imóveis de que a família é proprietária.

descobertos bancários, cartão de crédito e empréstimos não garantidos por imóveis. Esta secção inclui também um pequeno grupo de questões de carácter qualitativo que se destinam a identificar eventuais atrasos no cumprimento do serviço das dívidas. Outro grupo de questões qualitativas pretende avaliar eventuais restrições no acesso ao crédito, ou seja, identificar casos em que, por exemplo, as famílias pediram empréstimos que não foram concedidos pelas instituições financeiras.

A **secção 4** destina-se a recolher informação sobre o valor dos negócios e dos ativos financeiros das famílias. No caso da participação em negócios é dado um maior destaque às situações de negócios em que algum membro do agregado tem uma participação ativa como trabalhador ou gestor. São efetuadas algumas perguntas de caracterização individual de cada um dos negócios por conta própria de maior valor. Em relação aos ativos financeiros, as perguntas incidem sobre o valor desagregado por tipo de ativo. Os ativos considerados são os seguintes: depósitos à ordem, outros depósitos e certificados de aforro, fundos de investimento, obrigações e outros títulos de dívida, ações de empresas cotadas e outras participações em empresas, dívidas ao agregado familiar e restantes ativos. Esta secção inclui também um conjunto de questões de carácter qualitativo sobre eventuais alterações na composição do património em resultado da crise económica e financeira, que se iniciou no segundo semestre de 2007, e sobre expectativas da evolução do valor do património agregado nos dois anos seguintes ao momento da entrevista.

Nas **secções 5 e 6**, bem como em parte da **secção 7**, as questões dirigem-se a cada um dos membros da família com idade igual ou superior a 16 anos. Na secção 5, em primeiro lugar, pretende-se conhecer a condição perante o trabalho de cada um desses indivíduos. Relativamente aos indivíduos que no momento da entrevista estão empregados efetuam-se algumas perguntas de caracterização da situação no mercado de trabalho. Esta secção termina com um grupo de perguntas de carácter qualitativo, relativas a eventuais alterações não desejadas nas condições de trabalho que possam ter ocorrido nos três anos anteriores em resultado da crise e que possam vir a ocorrer nos dois anos seguintes.

O objetivo da **secção 6** é conhecer a situação dos indivíduos relativamente aos seus direitos sobre pensões a receber no futuro, de acordo com os três pilares da proteção na reforma: pensões públicas, pensões associadas à atividade profissional (fundos de pensões de empresas) e planos individuais de pensões. Em particular, as perguntas destinam-se a averiguar se os indivíduos estão abrangidos por cada um dos tipos de pensões, qual o valor das suas contribuições regulares e o número de anos de contribuição no caso de pensões públicas, qual o valor dos direitos adquiridos sobre fundos de pensões e, no caso de planos individuais, qual a contribuição regular e o valor acumulado dos fundos.

A **secção 7**, sobre os rendimentos, inclui um conjunto de perguntas sobre o valor dos rendimen-

tos regulares, em termos brutos, recebidos no ano civil anterior à realização da entrevista por cada um dos membros do agregado familiar com 16 anos ou mais (rendimentos do trabalho por conta de outrem e do trabalho por conta própria, rendimentos provenientes de pensões públicas ou privadas ou de subsídios de desemprego). Um segundo grupo de perguntas desta secção refere-se a rendimentos regulares recebidos no ano anterior pelo agregado familiar no seu conjunto, desagregados pelos seguintes tipos: transferências públicas, transferências privadas, rendas de imóveis, rendimentos de aplicações financeiras, rendimentos de negócios privados e rendimentos de participações em empresas não cotadas. Questiona-se também a eventual existência e o valor de rendimentos de carácter pontual. No final desta secção, existem algumas perguntas qualitativas referentes à comparação entre o rendimento efetivamente recebido e o rendimento de um ano normal e ainda às expectativas quanto à evolução do rendimento real.

*A **secção 8** destina-se a recolher informação sobre heranças ou doações de valor considerável, recebidos no passado, por algum dos membros do agregado assim como sobre doações de montante considerável efetuadas por algum membro. No caso das heranças ou doações recebidas são efetuadas algumas perguntas sobre as características de cada uma das de maior valor.*

*A **secção 9** tem como principal objetivo obter informação sobre o valor do consumo mensal regular do agregado familiar, desagregado por tipo de despesa, nomeadamente, alimentação e bebidas consumidas em casa, alimentação e bebidas consumidas fora de casa, serviços correntes e outros encargos regulares (por exemplo, com educação, saúde e pessoal doméstico). Existe ainda uma pergunta sobre transferências regulares efetuadas por alguém do agregado a pessoas que não pertençam ao agregado (por exemplo, pensões de alimentos). Esta secção inclui também perguntas de carácter qualitativo de comparação entre as despesas correntes e as de um ano normal e entre despesas e rendimento correntes e, ainda, sobre as atitudes da família relativamente à poupança.*

2.3 Desenho e seleção da amostra

Um primeiro objetivo do ISFF é caracterizar o património de uma família típica. Para atingir este objetivo é suficiente selecionar uma amostra representativa da população com critérios geográficos. No entanto, com este inquérito, pretende-se adicionalmente ter uma caracterização da riqueza para todos os escalões da variável. Neste caso, sabendo-se que a distribuição da riqueza é muito assimétrica, ou seja, a maior parte da riqueza é propriedade de uma percentagem muito pequena da população, o mesmo nível de precisão seria atingido com uma amostra de dimensão muito grande, o que teria custos muito elevados. Adicionalmente, pelo facto de a disponibilidade para responder a um inquérito com as características do ISFF estar tipicamente correlacionada de forma

negativa com o nível de riqueza (ou seja, a taxa de não-resposta tende a ser maior nas famílias pertencentes aos escalões de riqueza mais elevada), algumas estimativas poderiam ficar enviesadas se se usasse uma amostra com critérios meramente geográficos. Nestas condições poder-se-iam obter estimativas pouco eficientes do património, devido a uma subestimação dos patrimónios elevados. Uma forma de contrariar os efeitos dos problemas enunciados consiste em desenhar uma amostra na qual estejam propositadamente sobre-representadas as famílias com maior nível de riqueza.

Uma primeira dificuldade com a implementação do procedimento de sobre-representação dos agregados mais ricos é o facto de as bases de amostragem censitárias não conterem informação sobre a riqueza das famílias nem qualquer outra informação relacionada. Uma forma de superar esta limitação é ligar a base de amostragem censitária a informação proveniente de outra base de dados que tenha informação sobre riqueza, ou alguma variável fortemente correlacionada, para o conjunto da população e assim, obter uma base de amostragem única que contenha informação estritamente relacionada com o património⁶. Nalgumas situações embora exista alguma base de dados com informação sobre o património, ou variáveis muito correlacionadas, para toda a população não é possível construir uma base de amostragem única. Neste caso uma solução é obter duas sub-amostras. Uma das sub-amostras é extraída da base censitária com os critérios geográficos habituais e a outra a partir da base de dados com informação sobre património, para a qual é implementada a sobre-representação dos patrimónios mais elevados⁷.

No caso do ISFF não foi possível implementar nenhuma destas soluções. De facto, a base de amostragem utilizada nos inquéritos às famílias – Amostra Mãe (AM)⁸ - contém apenas moradas das unidades de alojamento que pertencem às áreas selecionadas, não

⁶ Este é o procedimento adotado no inquérito do Banco de Espanha (*Encuesta Financiera de las Familias*), o qual combina informação censitária com informação proveniente da base de dados de imposto sobre o património. Neste caso, para garantir que a confidencialidade da informação fiscal é respeitada, quer a ligação entre a base de amostragem censitária e a base de dados relativa ao imposto sobre o património, quer a extração da amostra são efetuadas pela autoridade fiscal, seguindo as instruções dadas pelo Banco de Espanha e o Instituto de Estatística. Ver Bover (2004).

⁷ Este é o procedimento utilizado no *Survey of Consumer Finances* dos Estados Unidos. Neste caso, a base de amostragem utilizada para construir a segunda sub-amostra é a base de dados do imposto sobre o rendimento. Com base na informação sobre o rendimento e outros elementos complementares contidos nesta base de dados são feitas estimativas da riqueza das famílias. A seleção da segunda sub-amostra em que estão sobre-representadas as famílias mais ricas é feita com base nos valores estimados para riqueza. Ver Kennickel (2005)

⁸ A AM é uma amostra probabilística, representativa dos alojamentos familiares de residência principal ao nível das NUTS II, sendo constituída por 1408 áreas geográficas. Esta amostra foi criada a partir do Censos de 2001, sendo atualizada permanentemente. Será substituída quando forem utilizados para este efeito os resultados do Censos de 2011

contendo informação sobre a riqueza das famílias, nem qualquer outra informação relacionada, de carácter financeiro ou mesmo demográfico. Não sendo possível utilizar como base de amostragem informação de carácter fiscal, foi necessário definir um procedimento que utilizasse apenas a informação contida na AM. O procedimento adotado baseou-se na hipótese, sugerida pelos resultados do IPEF 2006, de que a probabilidade de encontrar agregados mais ricos é maior nas áreas urbanas. Assim, a amostra do ISFF, que ao todo contém 8000 alojamentos de residência principal, é formada por duas componentes de dimensão igual. A primeira componente é uma amostra geográfica, estratificada por NUTS II e por conglomerados, de acordo com a metodologia habitual utilizada pelo INE para os inquéritos às famílias. A segunda componente consiste num reforço da amostra nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto destinada a mitigar, ainda que parcialmente, os problemas resultantes da assimetria na distribuição da riqueza e a maior incidência de não-resposta nas famílias mais ricas⁹.

2.4 Preparação da fase de recolha

Nos inquéritos à riqueza e rendimento das famílias, em que as questões incidem sobre matérias complexas e de natureza privada, é particularmente difícil conseguir a participação das famílias e garantir que as respostas sejam dadas de forma rigorosa. Assim as taxas de recusa das famílias em participarem neste tipo de inquéritos (*unit non-response*) são normalmente elevadas. Adicionalmente, constata-se que existe, em geral, uma subestimação dos valores expressos em euros, devida à tradicional relutância em revelar informação sobre os seus rendimentos e património. Por forma a minimizar este tipo de problemas, no ISFF teve-se um especial cuidado em garantir um bom funcionamento da fase de recolha dos dados.

Dada a complexidade do questionário, todas as entrevistas foram realizadas pessoalmente e assistidas por computador. Na realização das entrevistas utilizou-se um programa informático de recolha especificamente desenhado para o ISFF. Este programa foi exaustivamente testado por técnicos do Banco de Portugal e do INE com o objetivo de garantir o seu bom funcionamento. A utilização de um programa de recolha permite, entre outros aspetos, a conversão automática de valores eventualmente respondidos em escudos para euros e a inclusão de alguns testes de consistência para detetar, durante a

⁹ Ambas as componentes são obtidas através de um desenho bietápico, em que na primeira etapa são selecionadas áreas e, numa segunda fase, são selecionados alojamentos dentro de cada área. A dimensão da amostra é fixada tendo em conta a precisão das estimativas para um determinado parâmetro de interesse (que varia negativamente com a variabilidade da própria variável e positivamente com a dimensão da amostra), e os custos logísticos associados (recolha e processamento).

entrevista, possíveis erros ou inconsistências entre respostas. Esta situação é uma garantia para a obtenção de resultados com um nível mínimo de qualidade.

No ISFF participaram 156 entrevistadores com um nível de escolaridade mínimo correspondente ao ensino secundário. A maioria destes entrevistadores trabalha habitualmente para o Instituto Nacional de Estatística e tem experiência em inquéritos às famílias. Apesar desta situação, dada a complexidade do ISFF, foi efetuada formação específica dos entrevistadores para o ISFF. Nos três meses que antecederam o trabalho de campo foram conduzidas por parte de técnicos do Banco de Portugal e do INE 11 ações de formação em 7 locais do país, cada uma das quais com uma duração de 16 horas. Nessas ações existiu a preocupação de preparar os entrevistadores para persuadirem as famílias da amostra a participar no inquérito de modo a minimizar a não-resposta. Em particular, procurou-se sensibilizar os entrevistadores para a necessidade efetuarem esforços acrescidos no caso das famílias mais ricas, dada a maior dificuldade de acesso a estas famílias e o grande interesse em ter dados sobre este segmento da população na base de dados. Após a formação foi conduzido um questionário teste com 125 entrevistadores, no qual cada entrevistador teve que efetuar 3 entrevistas completas de um total de 8 alojamentos. Na sequência deste teste foram efetuados pequenos ajustamentos ao questionário e ao programa de recolha que levaram em conta a opinião dos entrevistadores sobre a forma como decorreram estas entrevistas.

No sentido de tentar minimizar a taxa de não-resposta, as famílias que fazem parte da amostra do ISFF receberam antes do primeiro contacto do entrevistador, uma carta em nome do Banco de Portugal e do INE, na qual se procurou sensibilizá-las para o interesse da sua participação no inquérito. Esta carta era acompanhada por um desdobrável de apresentação do ISFF, com exemplos da utilidade da informação que se recolhe neste tipo de inquérito. Dadas as preocupações legítimas das famílias com as questões de confidencialidade, nesta carta era mencionado que a observância do segredo estatístico constitui uma norma de conduta de ambas as instituições, que se encontra consagrada na Lei 22/2008, de 13 de Maio e no Dec.-Lei 133/2007, de 3 de Maio. Por fim, refira-se que as famílias que participaram no inquérito receberam no final do mesmo uma lembrança de valor simbólico como forma de agradecimento.

3. Preparação da base de dados final

A preparação da base de dados final do ISFF envolve principalmente três tipos de tarefas: tratamento dos dados; cálculo dos ponderadores e das respetivas réplicas; e anonimização dos dados.

3.1 Tratamento dos dados: edição e imputação

O tratamento dos dados de um inquérito de grande dimensão e complexidade, como é o caso do ISFF, é muito trabalhoso e demorado. Este trabalho envolveu essencialmente dois tipos de tarefas: edição e imputação dos dados. A edição dos dados consiste na deteção e correção sempre que possível de inconsistências ou erros nas respostas. A imputação consiste no processo de atribuição de valores às respostas omissas na base de dados. Os processos de edição e de imputação não são independentes, nomeadamente, porque os valores imputados deverão respeitar os testes de consistência utilizados na fase de edição. Adicionalmente, após uma primeira imputação dos dados, a análise dos resultados, desencadeia novas correções à base de dados, quer por via de edição, quer por via de novas tentativas de imputação.

Na edição dos dados, as observações escritas pelos entrevistadores relativas a cada uma das entrevistas foram utilizadas para se efetuarem diversas correções à base de dados¹⁰. Adicionalmente, os dados foram analisados do ponto de vista da sua plausibilidade e coerência, sendo corrigidos sempre que a informação disponível apontava com alguma segurança para a existência de erros. Neste processo utilizaram-se sempre que possível testes de consistência lógica entre as respostas de uma mesma família. A análise efetuada entrevista a entrevista foi ainda complementada com um análise de *outliers* para as variáveis expressas em euros.

A edição dos dados não permite, exceto em casos excecionais em que existiam, por exemplo informações dadas pelos entrevistares, preencher as respostas em falta no questionário. A existência de dados omissos deve-se sobretudo ao facto de as famílias terem usado como resposta as opções “Não sabe” ou “Não responde”. A análise dos dados apenas com base nas famílias que não têm respostas omissas pode enviesar substancialmente os resultados obtidos. De facto, a não-resposta a determinadas perguntas do inquérito está relacionada com as características das famílias, sendo em geral mais acentuada nas famílias com maiores níveis de riqueza. Adicionalmente, a existência de poucas observações para algumas questões na base de dados não imputada pode impedir a realização de alguns estudos.

Levando em consideração estas questões o grupo de trabalho do *HFCS* decidiu que os dados omissos para as principais variáveis deveriam ser imputados. O processo de

¹⁰ Como referido na secção 2.2, o ISFF inclui uma última secção de Parados na qual os entrevistadores registaram a sua apreciação sobre a forma como decorreu a entrevista. Adicionalmente a aplicação informática permitia que em cada pergunta os entrevistadores escrevessem observações que considerassem relevantes sobre a resposta em causa.

imputação foi implementado a nível nacional de acordo com as linhas orientadoras definidas no âmbito do grupo de trabalho do HFCS.

No ISFF foi utilizado como base para a imputação um programa informático desenhado no BCE¹¹. Por forma a levar em conta a incerteza associada ao processo de imputação, a metodologia de imputação acordada no âmbito do HFCS consistiu num método de imputação múltipla, o qual origina cinco versões da base de dados, que diferem nos valores atribuídos às respostas em falta das variáveis que foram imputadas¹². Em linha com o recomendado no âmbito do HFCS, no ISFF foram imputadas, todas as variáveis *core* que entram no cálculo do balanço das famílias (ativos e dívidas) e no fluxo de fundos (rendimento e consumo), assim como variáveis das quais estas dependem e variáveis com as quais estão fortemente relacionadas¹³. O processo de imputação foi efetuado levando em conta os limites aplicáveis às várias variáveis assim como algumas restrições decorrentes da consistência lógica do questionário e das respostas existentes pré-imputação. Nas variáveis em que a metodologia de imputação não convergiu ou não pode ser aplicada por existir um número reduzido de respostas recolhidas, optou-se por calcular os valores em falta com base em métodos de estimação simplificados.

Caixa 2 – Metodologia de imputação

No âmbito do HFCS foi decidido que a imputação deveria ser efetuada com base num método estocástico de imputação múltipla em linha com a metodologia utilizada no Survey of Consumer Finances (SCF) nos Estados Unidos e na Encuesta Financiera de las Familias (EFF) em Espanha¹⁴.

O facto de se tratar de um método estocástico significa que se preserva a distribuição dos dados, uma vez que os valores imputados resultam de se adicionar um valor aleatório, obtido com base numa distribuição especificada, ao valor previsto pelo modelo de imputação. Note-se que um método de imputação não estocástico baseado, por exemplo, na substituição dos valores em falta pela média das respostas observadas torna a distribuição das variáveis mais concentrada em torno da média dos valores observados, subestimando a sua variância. Por sua vez, a opção por um método de imputação múltipla¹⁵, ou seja por um método que origina vários

¹¹ O programa €MIR desenvolvido em SAS.

¹² A metodologia adotada na imputação dos dados encontra-se descrita na Caixa 2.

¹³ Por exemplo, no caso de uma resposta em falta no valor da residência principal devido ao facto da família não ter respondido à pergunta sobre se é proprietária, a resposta a esta última pergunta foi igualmente imputada. Adicionalmente dada a relação do valor atual da residência principal com o seu valor na data de aquisição imputaram-se igualmente as variáveis relativas à data e ao valor de aquisição.

¹⁴ Veja-se Barceló (2006), Kennickell (1998) e Rubin (2004).

¹⁵ A imputação múltipla foi introduzida por Rubin no final da década de 1970.

valores para as variáveis com respostas em falta, tem como objetivo levar em conta a incerteza associada ao processo de imputação. No âmbito do HFCS foi decidido que o número de imputações seria 5, ou seja que seriam produzidas cinco versões da base de dados final, que diferem nos valores atribuídos às respostas imputadas. Quanto maior for o número de imputações maior será a precisão das estimativas obtidas mas também mais demorado é o processo de imputação e mais pesada se torna a utilização da base de dados final.

A metodologia de imputação utilizada no HFCS baseia-se na hipótese de que os dados omissos são Missing at Random (MAR). A hipótese de que os dados são MAR significa que condicional a outras variáveis, o facto de uma variável ter valores em falta não depende daquele que seria o seu valor. Quando as respostas são MAR, o mecanismo de valores omissos pode ser ignorado se os parâmetros que determinam a falta de dados forem independentes dos parâmetros do modelo de imputação. De modo a satisfazer estas hipóteses é necessário que os modelos de imputação incluam variáveis relacionadas com a não-resposta no conjunto das co-variáveis ou seja das variáveis explicativas¹⁶. Adicionalmente as co-variáveis devem incluir variáveis que sejam boas a prever o conjunto das variáveis a imputar, assim como variáveis que, de acordo com diferentes teorias económicas, estejam relacionadas com a variável a imputar. A inclusão deste último tipo de co-variáveis é importante para evitar que os dados fiquem enviesados a favor de um determinado modelo económico. Em termos gerais, é assim aconselhável incluir um elevado número de co-variáveis nos modelos de imputação.

A forma funcional dos modelos de imputação utilizados variou com o tipo de variável a imputar. No caso das variáveis contínuas utilizaram-se modelos de regressão linear, para as variáveis binárias modelos lineares de probabilidade e para as variáveis categóricas procedimentos hot deck¹⁷.

A imputação foi efetuada com base num processo iterativo e sequencial. Cada iteração é composta por duas etapas: 1) imputação com base nos parâmetros estimados na iteração anterior; 2) estimação dos parâmetros dos modelos de imputação com base nos dados observados e imputados. Estas etapas são repetidas em cada iteração até que o processo convirja. A primeira iteração é ligeiramente diferente das restantes, uma vez que os valores imputados para uma variável são utilizados, em conjunto com os dados observados, para imputar as variáveis seguintes. Nesta primeira iteração é assim importante definir a ordem pela qual as variáveis serão imputadas, devendo em primeiro lugar ser incluídas as variáveis com um número reduzido de respostas em falta e que sejam boas predictoras das restantes variáveis a imputar. Quando todas as variáveis tiverem sido imputadas uma primeira vez, o

¹⁶ Em geral variáveis como o rendimento, riqueza, idade, educação e região são indicadores que contribuem para explicar a não-resposta.

¹⁷ Neste último caso, o valor em falta foi substituído pelo valor reportado por famílias em que as co-variáveis tenham valores idênticos às da família em causa.

vetor de parâmetros do modelo de imputação é estimado para ser utilizado na segunda iteração.

3.2 Cálculo dos ponderadores finais e das réplicas

O objetivo central de um inquérito por amostragem não é caracterizar individualmente os elementos da amostra, mas sim inferir, com base na amostra, estatísticas para a população, que podem ser totais, médias, variâncias, coeficientes de regressão, etc. No caso de processos de amostragem não aleatórios, como é o caso do utilizado no ISFF, em que a probabilidade de seleção para fazer parte da amostra difere entre os elementos da população, no cálculo destas estatísticas é necessário levar em consideração os ponderadores associados a cada elemento da amostra¹⁸. Estes ponderadores correspondem ao número de famílias que, na população, são semelhantes a cada uma das famílias da amostra. Numa primeira fase, os ponderadores resultam do desenho da amostra e o seu valor para cada elemento da população é igual ao inverso da probabilidade de esse elemento ser selecionado para a amostra. Posteriormente, estes ponderadores iniciais são corrigidos da não-resposta e calibrados de acordo com informação conhecida para a população¹⁹.

Caixa 3 – Metodologia de cálculo dos ponderadores

Num inquérito às famílias por amostragem, os ponderadores iniciais de cada família correspondem ao inverso da probabilidade de essa família ser selecionada para a amostra. Estes ponderadores iniciais têm contudo que ser corrigidos pelo facto da amostra final inquirida ser diferente da amostra selecionada, nomeadamente devido ao fenómeno de não-resposta (unit-nonresponse).

Os ponderadores corrigidos da não-resposta correspondem ao inverso da probabilidade de a família fazer parte da amostra inicial vezes um fator de correção da não-resposta. A probabilidade de responder pode ser estimada através de um modelo mais ou menos complexo e depende, em particular, da informação que seja possível obter sobre o processo gerador de não-resposta. No caso do ISFF, utilizou-se apenas informação geográfica. O procedimento utilizado foi a aplicação de um fator de ajustamento calculado para cada área das NUTS II igual ao rácio entre o número total de elementos da população na área e o número de elementos da área que responderam ao inquérito.

¹⁸ No caso de o processo de amostragem ser aleatório simples, todos os elementos da população tem uma mesma probabilidade de ser selecionados, o que equivale a terem um mesmo ponderador. Nesse caso, os estimadores não ponderados dos parâmetros da população são não enviesados e são eficientes.

¹⁹ A caixa 3 descreve de forma sucinta a metodologia de cálculo dos ponderadores finais do ISFF.

Finalmente, os ponderadores corrigidos pela não-resposta são ajustados para ter em conta informação sobre a distribuição de determinadas características da população que possam ter alguma influência sobre as principais variáveis de interesse. Este procedimento é designado por calibração e tem como objetivo alinhar, para algumas variáveis, as suas distribuições marginais na amostra com as suas distribuições marginais na população. No caso do ISFF, as margens utilizadas foram a distribuição da população por sexo e classe etária por área geográfica (ao nível NUTS II mais as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto), a distribuição da população por dimensão da família e a distribuição do número de famílias por NUTS II.

A utilização destes ponderadores finais permite obter, a partir da amostra final, estimativas pontuais de determinadas estatísticas da população. Essas estimativas dependem da amostra selecionada. De facto, uma outra amostra obtida através da mesma base de sondagem, nas mesmas condições e com a mesma dimensão, originaria estimativas diferentes. É, por isso, importante ter uma medida de precisão das mesmas, ou seja calcular a sua variância.

Os métodos para a estimação da variância podem ser basicamente de dois tipos: analíticos, que podem ser particularmente difíceis de implementar no caso de desenhos da amostra complexos, e de replicagem (obtidos pela construção de réplicas dos ponderadores). No caso do ISFF, tal como acordado no âmbito do grupo de trabalho do HFCS, foi adotado este último procedimento. Essa escolha foi em grande parte motivada por argumentos relacionados com a utilização da base de dados pelos investigadores. De facto, a estimação da variância com base em modelos analíticos implica a disponibilização de informação sobre o desenho da amostra que não seria possível incluir na base de dados a transmitir aos investigadores por motivos de confidencialidade. Pelo contrário, as réplicas contêm toda a informação necessária para o cálculo da variância dos estimadores sem ser necessário divulgar qualquer informação sobre o processo de seleção da amostra que pudesse conduzir à eventual identificação de alguma família.

Foi definido no grupo de trabalho do HFCS que o número de réplicas seria de 1000, sendo as sub-amostras obtidas pelo método de *bootstrap* e posteriormente calibradas com as mesmas margens utilizadas nos ponderadores finais. Assim, a base de dados do ISFF inclui o conjunto das 1000 réplicas, ou seja os ponderadores associados às diferentes sub-amostras selecionadas a partir da amostra total. Estas réplicas devem ser utilizadas no cálculo das variâncias das estimativas pontuais obtidas com base nos dados do ISFF, como se explica no Anexo 1.

3.3 Anonimização

Com o objetivo de que as famílias ou indivíduos participantes no inquérito não possam ser identificados com base nas respostas dadas, depois de finalizadas as etapas de edição, imputação e validação, a base de dados foi sujeita a um processo de anonimização. De facto, embora na base de dados do ISFF as famílias estejam identificadas apenas com um número definido aleatoriamente, no caso de famílias com características pouco frequentes é necessário garantir a impossibilidade da sua identificação através do cruzamento das respostas às várias perguntas do inquérito. As regras de anonimização aplicadas seguiram os princípios definidos no âmbito do grupo de trabalho do *HFCS* de modo a assegurar a comparabilidade dos resultados entre países. Especificamente, as variáveis discretas com valores extremos pouco frequentes na população foram truncadas num valor máximo. Um exemplo, desta situação é o caso da idade, a qual foi truncada em 85 anos. Adicionalmente, no caso de variáveis categóricas em que os dados foram recolhidos com um elevado grau de desagregação, procedeu-se a uma agregação das categorias menos frequentes. Por exemplo, no caso de indivíduos que não nasceram em Portugal, as respostas foram agregadas em apenas três categorias (outros países da área do euro, outros países europeus e outros países). Por fim, no caso de algumas variáveis contínuas que pudessem eventualmente ser cruzadas com fontes externas de informação, como por exemplo o valor de aquisição dos imóveis, os valores foram arredondadas com base num procedimento aleatório.

4. Indicadores relativos à qualidade das entrevistas

Antes de se proceder à análise dos dados sobre a situação financeira das famílias obtidos no ISFF, é importante analisar alguns elementos sobre a forma como decorreu o inquérito, uma vez que esta condiciona em última instância a qualidade da informação final. Com este objetivo nesta secção são apresentados algumas estatísticas relativas ao número perguntas efetuadas e duração das entrevistas, às taxas de não-resposta por parte das famílias e ao grau de sobre-representação das famílias mais ricas na amostra final.

4.1 Número de perguntas efetuadas e duração da entrevista

O ISFF é um inquérito bastante exaustivo que recolhe, através de uma única entrevista, um número de variáveis relativamente elevado por comparação com outros inquéritos dirigidos às famílias. Excluindo as perguntas do questionário de contacto e as de encerramento da entrevista, o número total de perguntas do ISFF é de cerca de 363, das

quais 96 se referem a valores expressos em euros relativos a conceitos mais ou menos complexos, o que atesta a extensão e a intensidade do inquérito (**quadro 2**).

Quadro 2 – Número de perguntas do inquérito (a)

	Perguntas efetuadas					Por memória: perguntas totais do
	Média	Mediana	Desvio padrão	Máximo	Mínimo	
Perguntas totais do inquérito	(estatísticas por família)					
Nº de perguntas	137	134	39	330	70	363
Nº de perguntas em euros	15	14	6	38	4	96
Perguntas sobre as variáveis das famílias						
Nº de perguntas efetuadas por família	73	70	16	151	49	309
Nº de perguntas em euros efetuadas por família	13	11	5	35	4	87
Perguntas efetuadas aos indivíduos >=16 anos	(estatísticas por indivíduo)					
Nº de perguntas efetuadas por indivíduo	26	24	8	43	2	46
Nº de perguntas em euros efetuadas por indivíduo	1	1	1	5	0	9

Nota: (a) Dados não ponderados. Os números de perguntas apresentados são valores aproximados, não incluindo, nomeadamente, as perguntas do questionário de contacto e as perguntas da secção de encerramento da entrevista.

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias.

O número total de perguntas efetuadas a uma família é potencialmente superior em função do número de elementos da família, sobretudo do número de elementos com 16 anos ou mais. Por outro lado, como há perguntas que conduzem à ramificação do questionário, não são nunca efetuadas todas as perguntas a uma mesma família ou indivíduo. Por exemplo, se uma família não for proprietária da residência principal não será obviamente questionada sobre eventuais hipotecas que tenham aquela propriedade como garantia. No ISFF, o número máximo de perguntas efetuadas a uma mesma família foi de 330. O número máximo de perguntas dirigidas à família e aos indivíduos foi, respetivamente de 151 e 43. Em termos médios, as famílias responderam a 137 questões, sendo de 73 a média das perguntas de família e de 26 o número médio de perguntas efetuadas aos indivíduos.

Apesar do elevado número de questões e da sua complexidade foi possível manter a duração média da entrevista num valor razoável de acordo com os padrões europeus²⁰. No ISFF, os valores médio e mediano da duração das entrevistas foram de 65 e 60 minutos, respetivamente, observando-se tal como seria de esperar um padrão crescente com o rendimento e a riqueza das famílias (**quadro 3**). Em linha também com este padrão, a duração das entrevistas é crescente com a idade da pessoa de referência até à classe de 45-54 anos, decrescendo a partir dessa classe.

²⁰ No *Survey of Consumer Finances*, o inquérito equivalente nos EUA, as entrevistas são, em média, consideravelmente mais longas.

Quadro 3 - Duração da entrevista

Em minutos

	Percentil da riqueza líquida					Total	
	<25	25-50	50-75	75-90	>=90		
média	57	63	67	68	76	65	
mediana	50	60	60	60	70	60	
	Percentil do rendimento						
	<20	20-40	40-60	60-80	80-90	>=90	
média	57	60	66	69	69	75	65
mediana	50	60	60	63	64	70	60
	Classe de idade						
	<35	35-44	45-54	55-64	65-74	>=75	
média	60	66	70	66	64	59	65
mediana	55	60	65	60	60	58	60

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias.

4.2 Taxas de participação no inquérito

As entrevistas do ISFF foram conduzidas no período entre abril e junho de 2010. Nesse período foram efetuadas tentativas de contacto das 8000 famílias da amostra. No **quadro 4** apresentam-se alguns dados relativos à participação das famílias no inquérito. Dos 8000 alojamentos que faziam parte da amostra inicial, cerca de 15 por cento revelaram não ser elegíveis, nomeadamente, por não se tratarem de residências principais de um agregado familiar. Nos alojamentos elegíveis não foi possível contactar cerca 20 por cento das famílias, por estarem sistematicamente ausentes do alojamento. Em cerca de 10 por cento dos alojamentos elegíveis, as famílias recusaram-se a responder ao inquérito. Adicionalmente, em cerca de 5 por cento destes alojamentos, as famílias revelaram ter incapacidade de resposta (devido a situações de doença, iliteracia ou barreiras linguísticas) ou as entrevistas acabaram por ser eliminadas por falta de qualidade dos dados. De entre as entrevistas eliminadas são de realçar dois tipos de situações. Numa primeira fase, foram eliminadas, as entrevistas que tinham em simultâneo um número muito elevado de respostas em falta (devido a respostas “Não sabe” ou “Não responde”) e um número muito reduzido de respostas afirmativas às questões relativas à posse de ativos, dívidas ou rendimentos. Numa segunda fase, foram eliminadas entrevistas com graves problemas de coerência, nomeadamente entre os valores reportados para rendimentos, dívidas e ativos. Na eliminação das entrevistas levou-se, igualmente, em consideração as informações escritas pelos entrevistadores na secção de parados do questionário.

Quadro 4 - Estatísticas sobre a participação no inquérito

Nº de famílias	
Amostra líquida (famílias incluídas na base de dados final)	4404
Não resposta	2429
Não se conseguiram contactar	1343
Recusas	711
Outras razões de não resposta	375
Entrevistas eliminadas após análise	71
Não elegíveis	1122
Não se sabe se são elegíveis	45
Amostra bruta	8000
Em percentagem	
Taxa de resposta (entrevistas finais/famílias elegíveis)	64
Taxa de recusas (recusas/famílias elegíveis)	10
Taxa de cooperação (amostra líquida/famílias contactadas ^(a))	80
Taxa de contacto (famílias contactadas /famílias elegíveis)	80
Taxa de elegibilidade (famílias elegíveis/amostra bruta)	85

Notas: (a) As famílias contactadas correspondem às famílias da amostra líquida, adicionadas das famílias que não responderam ao questionário mas que foram contactadas (famílias com recusas e com outras razões de não resposta).

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias.

As entrevistas que fazem parte da amostra final referem-se a 4404 famílias, o que traduz uma taxa de resposta de 64 por cento, quando se compara com o número de alojamentos elegíveis, e uma taxa de cooperação de 80 por cento, quando se compara com o número de famílias contactadas. Esta taxa de resposta é relativamente elevada quando comparada com inquéritos do mesmo tipo²¹. A comparação com os dados dos restantes inquéritos nacionais realizados no âmbito do projeto do *HFCS*, não está contudo ainda disponível.

4.3 Taxas de resposta por pergunta

Nos inquéritos ao rendimento e riqueza das famílias para além de existirem em geral taxas de *unit non-response* elevadas, existe, igualmente, um número significativo de casos em que as famílias concordam em participar no inquérito, mas não respondem a algumas perguntas devido a falta de conhecimentos ou por outras razões. Este tipo de não-resposta, o qual é denominado por *item non-response*, é em geral mais elevado nas perguntas relativas a valores monetários.

O **quadro 5** inclui algumas estatísticas para o número de perguntas respondidas por família, em percentagem das perguntas efetuadas, no ISFF.

²¹ Veja-se Pérez-Duarte et al (2010).

Quadro 5 - Perguntas respondidas por família^(a)

Em percentagem das perguntas efetuadas

	Média	Mediana	Desvio padrão	Máximo	Mínimo
Perguntas relativas a variáveis da família					
Todas as perguntas	98	99	3	100	36
Perguntas em euros	93	100	13	100	0
Perguntas relativas a variáveis dos indivíduos					
Todas as perguntas	98	99	3	100	63
Perguntas em euros	95	100	17	100	0
Todas das perguntas					
Todas as perguntas	98	99	3	100	58
Perguntas em euros	93	100	13	100	0

(a) Dados não ponderados. Os números de perguntas apresentados são valores aproximados, não incluindo, nomeadamente, as perguntas do questionário de contacto e as perguntas da secção de encerramento da entrevista.

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias.

Em média cada família respondeu a 98 por cento das perguntas que lhe foram colocadas. Quando se consideram apenas as perguntas em euros esta percentagem é ligeiramente mais reduzida, confirmando a maior dificuldade ou relutância das famílias em reportarem valores monetários. Adicionalmente, o desvio padrão da percentagem de respostas é mais elevado no caso das perguntas em euros, revelando uma maior heterogeneidade de comportamento entre famílias. As taxas de resposta são semelhantes para as perguntas relativas às famílias e as para as perguntas relativas aos indivíduos, sugerindo que o grau de não-resposta no caso dos rendimentos não parece ser significativamente diferente do grau de não-resposta no caso dos ativos ou das dívidas.

No **quadro 6** apresentam-se as taxas de resposta para as perguntas mais relevantes do inquérito. A percentagem de perguntas com respostas em falta é muito diminuta nas perguntas em que se pretende apurar se as famílias têm ou não determinado tipo de ativo, dívida ou rendimento. Nestas perguntas, as taxas mais elevadas de não-resposta situam-se em 1.7 por cento dos casos aplicáveis e correspondem às perguntas sobre a existência de rendimentos do trabalho por conta própria ou por conta de outrem, efetuadas a cada um dos membros do agregado familiar com idade igual ou superior a 16 anos.

Quadro 6 - Perguntas mais importantes: taxas de resposta^(a)

	Perguntas relativas à posse do item			Valor do item para as famílias/indivíduos que o têm	
	(em % do nº total de famílias/indivíduos com idade ≥ 16 anos)		(em % dos casos aplicáveis)	(em percentagem do nº de famílias/indivíduos que têm)	
	Sim, recolhido	Sim, imputado / estimado	Respostas em falta ^(b)	Recolhido	Imputado / Estimado
Perguntas à família					
Residência principal do agregado (RPA)	69.4	0.0	0.0	90.0	10.0
Montante em dívida, 1º empréstimo com garantia da RPA	23.0	0.0	0.2	79.7	20.3
Prestação mensal, 1º empréstimo com garantia da RPA	23.0	0.0	0.2	98.6	1.4
Renda da RPA	23.3	0.0	0.2	98.8	1.2
Outros imóveis do agregado	26.5	0.1	0.1	90.3	9.7
Montante em dívida, 1º empréstimo com garantia de outros imóveis	3.4	0.0	1.1	83.1	16.9
Montante em dívida, 1º empréstimo não garantido por imóveis	12.7	0.0	0.1	89.0	11.0
Negócio em que tenha participação activa, 1º negócio	7.1	0.0	0.6	69.4	30.6
Negócios em que não tenha participação activa	0.3	0.0	0.6	66.7	33.3
Depósitos à ordem	92.7	0.0	0.0	89.0	11.0
Depósitos a prazo	42.8	0.2	0.5	87.1	12.9
Fundos de investimento	2.9	0.0	0.2	81.4	18.6
Títulos de dívida	0.5	0.0	0.1	85.7	14.3
Ações cotadas	4.9	0.0	0.1	83.6	16.4
Rendimento de prestações públicas regulares	26.0	0.0	0.0	98.4	1.6
Rendimento de transferências privadas regulares	4.3	0.0	0.0	85.6	14.4
Rendimento de bens imobiliários	5.4	0.0	0.1	94.1	5.9
Rendimento de investimentos financeiros	16.7	0.1	0.4	76.3	23.7
Rendimento de negócios	1.3	0.0	0.1	66.1	33.9
Alimentação em casa	-	-	-	96.4	3.6
Despesas com bens de consumo e serviços corrente	-	-	-	97.8	0.0
Perguntas aos indivíduos					
Rendimento do trabalho por conta de outrem	39.1	0.7	1.7	94.4	5.6
Rendimento do trabalho por conta própria	8.3	0.1	1.7	89.0	11.0
Rendimento de pensões públicas	31.0	0.1	0.4	97.9	2.1
Rendimento de pensões profissionais e voluntárias	0.7	0.0	0.4	87.1	12.9
Rendimento de subsídio de desemprego	4.8	0.0	0.3	96.0	4.0
Valor das contas de regimes de pensões voluntários	8.9	0.0	0.4	83.1	16.9

Nota: (a) Valores médios de todos os *implicates*. Os dados não são ponderados. (b) As respostas em falta incluem: (i) respostas "Não sabe/Não responde"; (ii) perguntas não foram efetuadas devido a não respostas em perguntas anteriores; (iii) respostas não efetuadas devido a falhas no programa. A maior parte das respostas em falta correspondem à situação (i).

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias.

No caso das perguntas relativas aos valores em euros, as taxas de resposta mais baixas correspondem às perguntas sobre o valor dos negócios, o rendimento dos negócios, o rendimento dos investimentos financeiros e o montante em dívida da hipoteca sobre a residência principal, casos em que as respostas recolhidas se situaram entre 65 e 80 por cento dos casos aplicáveis. As perguntas relativas aos valores dos montantes em dívida nos restantes empréstimos, dos restantes investimentos financeiros, assim como aos rendimentos do trabalho por conta própria e de pensões profissionais e voluntárias e ao valor das contas de regimes de pensões voluntários apresentam taxas de resposta mais elevadas mas mesmo assim inferiores a 90 por cento.

4.4 Grau de sobre-representação

A avaliação à *posteriori* do grau de sobre-representação na amostra final inquirida no ISFF sugere que este objetivo foi parcialmente atingido. A percentagem da amostra que corresponde às famílias com riqueza líquida superior ao percentil 90 é de 11.6 por cento. A sobre-representação é mais acentuada quando se consideram as famílias com riqueza líquida superior ao percentil 99, uma vez que estas representam 1.35 por cento da amostra.

5. Análise dos resultados relativos à situação financeira das famílias

Nesta secção apresentam-se as distribuições das principais variáveis do inquérito por características demográficas e socio-económicas das famílias²². As variáveis analisadas consistem no rendimento, na riqueza líquida, na riqueza real (ou não financeira), na riqueza financeira, na dívida e no consumo em bens e serviços regulares. A análise relativa à riqueza líquida, ao rendimento e ao consumo é efetuada para a totalidade de famílias. Nestes casos apresentam-se os valores médios e medianos, o que permite ilustrar o grau de assimetria das distribuições. No caso da riqueza real, riqueza financeira e das dívidas são apresentadas as percentagens de famílias que detêm cada tipo de ativos/dívida e o valor mediano desses itens para as famílias que os detêm. A opção pela apresentação dos valores medianos deve-se ao facto de estes serem um melhor indicador, do que as médias, para a família típica, uma vez que estão menos dependentes dos valores extremos da distribuição. No caso da riqueza real, da riqueza financeira, da dívida e do rendimento, a análise relativa aos montantes típicos destas variáveis por tipo de família é complementada com uma descrição da sua composição por tipo de ativo/dívida ou rendimento para cada grupo de famílias.

²² As definições de todas as variáveis utilizadas nesta secção são apresentadas no Anexo 2.

As famílias foram caracterizadas de acordo com a idade, o nível de escolaridade, a condição perante o trabalho e a profissão do indivíduo de referência assim como pelo tipo de família e por variáveis relativas à situação económica da família, nomeadamente o nível de rendimento e de riqueza líquida.

A informação apresentada nesta secção deve ser utilizada para se analisar a forma como a riqueza, o endividamento, o consumo ou o rendimento se distribuem por famílias de diferentes características socio-económicas e demográficas. As referências efetuadas aos níveis destas variáveis devem ser interpretados levando em consideração que neste tipo de inquéritos existe, de um modo geral, uma significativa subestimação dos valores expressos em euros, devido à relutância das famílias em revelarem este tipo de informação, mesmo quando estão assegurados todos os requisitos de respeito pela confidencialidade dos dados. No caso do ISFF, uma comparação com os dados macroeconómicos obtidos através das Contas Nacionais e das Estatísticas Monetárias e Financeiras aponta, por exemplo, para uma subestimação do valor dos empréstimos, dos depósitos e do rendimento, relativos ao total das famílias, de cerca de 50 por cento.

5.1 Rendimento e riqueza líquida

No **quadro 7** apresentam-se os níveis médios e medianos do rendimento e da riqueza líquida por características demográficas e socio-económicas das famílias. Como seria de esperar, o rendimento e a riqueza líquida estão positivamente relacionados. Para esta situação contribui o facto de as famílias com maior rendimento terem maiores possibilidades de poupar, assim como o facto de as famílias com maior riqueza auferirem rendimento proveniente dos ativos. Ambas as variáveis apresentam uma distribuição assimétrica positiva, sendo esta assimetria mais acentuada no caso da riqueza líquida do que no caso do rendimento. Isto significa que mais de metade das famílias tem valores de riqueza líquida e de rendimento inferiores aos valores médios do conjunto das famílias, e que existe uma concentração elevada de riqueza numa percentagem pequena da população.

Quadro 7 - Rendimento bruto e riqueza líquida por características das famílias

	% de famílias em cada classe	Rendimento		Riqueza Líquida	
		Mediana	Média	Mediana	Média
Total	100.0	14.6	20.2	75.2	152.9
Percentil do rendimento					
Menor que 20	20.0	5.0	4.5	40.2	68.4
Entre 20 e 40	20.0	9.4	9.4	47.7	83.5
Entre 40 e 60	20.0	14.6	14.7	69.1	110.3
Entre 60 e 80	20.0	21.6	21.9	88.7	135.3
Entre 80 e 90	10.0	33.1	33.3	122.4	193.7
Maior que 90	10.0	55.2	67.7	246.3	538.4
Idade					
Menos de 35 anos	9.8	15.2	19.4	25.3	65.1
Entre 35 e 44 anos	20.5	16.8	22.8	66.0	123.7
Entre 45 e 54 anos	18.8	18.1	23.7	88.4	147.3
Entre 55 e 64 anos	19.8	16.2	23.9	102.3	236.2
Entre 65 e 74 anos	16.5	10.9	16.2	77.6	159.9
Mais de 74 anos	14.7	8.2	12.4	63.6	139.2
Condição perante o trabalho					
Trabalhador por c/ outrem	42.0	18.1	24.4	74.3	123.8
Trabalhador por c/ própria	10.7	19.3	29.5	155.8	386.5
Desempregado	7.2	10.8	13.7	20.0	62.7
Reformado	36.5	10.0	14.9	74.0	137.7
Outras situações	3.5	7.8	10.8	62.4	133.6
Profissão					
Responsab/qualificações elevadas	9.7	35.0	44.6	182.7	426.8
Técnicos/administrativos/serviços	13.4	22.2	27.0	83.7	123.9
Outras situações	29.4	15.2	18.1	63.1	102.0
Não trabalha	47.4	10.0	14.4	64.8	126.0
Escolaridade					
Ensino básico	78.4	12.9	15.8	66.0	115.6
Ensino secundário	12.9	21.4	28.7	87.5	213.2
Ensino superior	8.7	37.9	47.7	179.3	400.3
Tipo de família					
1 adulto >=65	10.5	5.6	8.2	48.6	113.3
1 adulto <65	7.2	8.8	13.9	44.3	96.4
Vários adultos >=65	10.0	10.5	15.7	90.6	198.0
Vários adultos restantes	32.0	17.6	23.4	87.3	172.8
1 adulto e criança(s)	3.2	9.8	13.7	20.3	71.0
Adultos e criança(s)	37.1	17.4	23.9	76.5	153.0
RPA					
Não é proprietário	28.5	12.1	16.0	4.5	37.5
Proprietário	71.5	15.7	21.9	106.1	199.0
Percentil da riqueza líquida					
Menor que 25	25.0	10.3	12.8	2.3	3.3
Entre 25 e 50	25.0	12.7	14.8	47.3	47.1
Entre 50 e 75	25.0	15.9	19.1	106.3	110.5
Entre 75 e 90	15.0	19.7	26.6	204.2	213.3
Maior que 90	10.0	32.1	45.5	482.4	805.1

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias.

De acordo com os dados do ISFF, em 2009 o **rendimento** médio das famílias portuguesas situava-se em cerca de 20 mil euros e o rendimento mediano em cerca de 15 mil euros. O rendimento médio para os 20 por cento de famílias com rendimento mais baixo situa-se em 5 mil euros, o que traduz menos de 1/10 do rendimento médio dos 10 por cento das famílias com rendimentos mais elevados.

O padrão das distribuições do rendimento por características das famílias está de acordo com o esperado. Por idade, o rendimento mediano aumenta até à classe 45-54 anos e reduz-se nas classes de idade superiores, ou seja, apresenta um perfil *hump-shaped* como previsto pela teoria do ciclo de vida. As famílias cujo indivíduo de referência tem mais de 65 anos apresentam rendimentos inferiores às que este indivíduo tem 35 anos ou menos. O rendimento aumenta com o nível de escolaridade e com o grau de qualificações/responsabilidade associadas à profissão do indivíduo de referência. Relativamente à condição perante o trabalho, os rendimentos médios e medianos mais elevados correspondem às famílias em que o indivíduo de referência estava a trabalhar em 2010, sendo ligeiramente mais elevados no caso dos trabalhadores por conta própria do que no caso dos trabalhadores por conta de outrem. Os rendimentos mais reduzidos correspondem às famílias em que este indivíduo não fazia parte da população ativa nem estava reformado. Por tipo de família, os rendimentos médios e medianos são mais reduzidos no caso das famílias com apenas um adulto do que naquelas com vários adultos, nas famílias em que todos os membros têm idade superior a 65 anos do que nas famílias com membros mais novos e nas famílias constituídas por apenas um adulto mas que têm crianças face às famílias com vários adultos e com crianças. Por fim, refira-se que, as famílias que são proprietárias da residência principal apresentam níveis de rendimento médios e medianos superiores às restantes.

O **quadro 8** apresenta a ***distribuição do rendimento por fonte de rendimento*** para o total das famílias e para cada uma das classes de rendimento e de riqueza líquida. Cerca de 70 por cento do rendimento total das famílias correspondia em 2009 a remunerações de trabalho, sendo que mais de 50 por cento se referia a trabalho por conta de outrem. A segunda fonte de rendimento mais importante, com um peso ligeiramente superior a 20 por cento, consistia nas pensões concedidas por regimes públicos de proteção social. As pensões associadas a planos de pensões privados (fundos de pensões de empresas, planos de poupança reforma ou a seguros que garantam pensões) têm, segundo os dados do ISFF, um peso negligenciável no rendimento total das famílias. As restantes fontes de rendimento regular têm igualmente, como seria de esperar, um peso relativamente reduzido.

Quadro 8 - Distribuição do valor do rendimento por fonte e características das famílias

	Total	Trabalho por conta de outrem	Trabalho por conta própria	Pensões públicas	Pensões privadas	Transferências públicas regulares (exceto pensões)	Transferências privadas regulares	Rendas e investimentos financeiros	Negócios
Total	100.0	56.8	12.5	22.1	0.5	3.8	0.6	3.0	0.8
Percentil do rendimento									
Menor que 20	100.0	21.4	5.3	62.5	0.6	7.9	1.1	1.2	0.0
Entre 20 e 40	100.0	36.5	7.2	45.1	0.3	7.8	1.2	1.9	0.0
Entre 40 e 60	100.0	58.9	7.7	23.1	0.3	7.3	1.1	1.7	0.0
Entre 60 e 80	100.0	62.2	11.5	18.4	0.5	4.3	0.7	2.0	0.5
Entre 80 e 90	100.0	64.5	11.5	18.3	0.3	2.3	0.4	2.7	0.1
Maior que 90	100.0	58.9	18.0	14.2	0.7	1.0	0.1	4.9	2.2
Percentil da riqueza líquida									
Menor que 25	100.0	60.6	6.6	22.9	0.4	7.8	1.4	0.4	0.0
Entre 25 e 50	100.0	60.6	8.4	23.7	0.2	5.4	0.7	1.1	0.0
Entre 50 e 75	100.0	60.4	9.1	23.4	0.6	4.2	0.6	1.3	0.5
Entre 75 e 90	100.0	60.8	12.5	21.3	0.4	2.2	0.2	2.0	0.5
Maior que 90	100.0	43.9	23.4	19.4	0.9	0.6	0.2	9.0	2.7

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias.

Em todas as classes de rendimento e de riqueza líquida, os rendimentos do trabalho e das pensões públicas têm um peso dominante. É de notar, contudo, que nas famílias que pertencem ao percentil mais elevado de rendimento ou de riqueza, o rendimento do trabalho por conta própria, dos negócios e das rendas e investimentos financeiros tem um peso bastante mais elevado do que nas restantes famílias. O rendimento associado às pensões privadas tem igualmente um peso mais elevado nestas classes, representando, no entanto, menos de 1 por cento do rendimento total²³. Pelo contrário, o peso das transferências regulares, e em particular das transferências sociais (que incluem subsídios de desemprego e outras transferências públicas), reduz-se com o rendimento e a riqueza líquida das famílias.

Os dados do ISFF apontam para um valor médio da *riqueza líquida* de cerca de 150 mil euros em 2010 (**quadro 7**). Dada a forte assimetria que caracteriza a distribuição da riqueza, o valor mediano é contudo cerca de metade no mesmo período. Com efeito, enquanto a riqueza líquida média para as famílias com 10 por cento de riqueza mais elevada se situa em cerca de 800 mil euros, para as 25 por cento de famílias com riqueza líquida mais baixa é inferior a 5 mil euros.

Por idade, a riqueza líquida apresenta valores medianos e médios mais elevados nas famílias em que o indivíduo de referência pertence à classe 55-64 anos. Tal como o rendimento, a riqueza líquida tende a aumentar com a idade até uma determinada classe e a reduzir-se posteriormente, o que está de acordo com o padrão esperado para a evolução da poupança ao longo da vida dos indivíduos. Ao contrário do que acontece com o rendimento, as famílias em que o indivíduo de referência é mais velho, apresentam contudo níveis médios de riqueza bastante superiores aos das famílias cujo indivíduo de referência se encontra nos escalões mais baixos de idade. No caso da condição perante o trabalho, os valores mais elevados da riqueza líquida correspondem às famílias em que o indivíduo de referência é trabalhador por conta própria. Os menores valores da riqueza correspondem a situações em que o indivíduo de referência está desempregado. A riqueza líquida aumenta com o nível de escolaridade e com o grau de qualificações/responsabilidade associadas à profissão do indivíduo de referência. Por tipo

²³ As respostas à secção 6 do inquérito, sobre as pensões que as famílias terão direito a receber no futuro, apontam igualmente, como seria de esperar, para um aumento, com o nível de rendimento e de riqueza líquida, da percentagem de famílias em que o indivíduo de referência terá direito no futuro a receber pensões privadas associadas à atividade profissional ou a regimes voluntários. No total dos indivíduos de referência que dizem ter direito a alguma pensão no futuro que ainda não estejam a receber, 95 por cento refere ter direito a uma pensão pública (da Segurança Social, da Caixa Geral de Aposentações ou de um regime público de outro país), cerca de 3 por cento a uma pensão de um sistema associado à atividade profissional e cerca de 20 por cento a uma pensão associada a regimes voluntários, como os PPR.

de família, a riqueza líquida, tanto média como mediana, é menor nas famílias com apenas um adulto do que nas famílias com vários adultos e nas famílias com crianças do que nas famílias sem crianças. Por fim, como seria de esperar, as famílias que são proprietárias da residência principal apresentam níveis de riqueza líquida muito superiores às restantes.

Com o objetivo de avaliar o *impacto da crise económica e financeira* sobre a situação financeira das famílias, o ISFF inclui algumas perguntas relativas à forma como a riqueza líquida e a condição perante o trabalho evoluíram nos três anos anteriores à realização das entrevistas e quanto às expectativas das famílias para a evolução destas variáveis nos dois anos seguintes. De entre os indivíduos de referência que trabalharam nos 3 anos anteriores à realização da entrevista, cerca de 75 por cento afirmaram não terem sofrido uma deterioração das condições de trabalho nesse período, 15 por cento referem ter perdido o emprego e os restantes referem que tiveram que trabalhar menos horas ou aceitar outras alterações não desejadas. Para os dois anos posteriores à realização da entrevista, existem igualmente cerca de 25 por cento de famílias, em que o indivíduo de referência estando a trabalhar no momento da entrevista, antecipa uma deterioração nas condições de trabalho. Relativamente à evolução da riqueza líquida cerca de 25 por cento das famílias considera que nos 3 anos anteriores à entrevista existiu uma redução da mesma e cerca de 10 por cento que existiu um aumento. Para os dois anos seguintes estas percentagens permanecem relativamente constantes. A avaliação das famílias quanto à evolução da condição perante o trabalho e do património parece ser mais pessimista nos percentis intermédios de rendimento e riqueza líquida do que nos restantes.

Dado que a *poupança* das famílias é um determinante importante da riqueza líquida, o ISFF inclui algumas questões de natureza qualitativa relacionadas com a poupança. Em primeiro lugar, para se ter uma ideia do número de famílias que estão a poupar, existe uma pergunta sobre a relação entre as despesas e o rendimento nos últimos 12 meses. As respostas sugerem, como seria de esperar, que existe um maior percentagem de famílias a poupar nas classes mais elevadas de rendimento e de riqueza líquida do que nas classes inferiores. No total, cerca de 20 por cento das famílias refere que a despesa foi inferior ao rendimento e cerca de 10 por cento que foi superior. Neste último caso, as famílias são ainda questionadas sobre quais as medidas que tomaram para conseguirem fazer face às despesas. A maior parte das famílias refere que utilizou as suas poupanças. Nas classes mais baixas de rendimento e de riqueza líquida cerca de metade das famílias refere ter recorrido a ajuda de familiares e amigos. Nestas classes existe também uma percentagem mais elevada de famílias, do que nas restantes, a mencionar ter deixado algumas contas

por pagar. Na classe mais elevada de rendimento uma percentagem não negligenciável de famílias refere ter recorrido ao crédito. Por fim, todas as famílias são questionadas sobre os motivos que consideram mais importantes para poupar. Em todas as classes de rendimento e de riqueza líquida mais de metade das famílias refere que poupa para se proteger contra acontecimentos inesperados, o que aponta para uma elevada importância da poupança por motivo de precaução. A acumulação de provisões para a velhice constitui o segundo motivo mais importante para a poupança na generalidade das famílias. Cerca de 30 por cento das famílias refere ainda poupar para financiar despesas de educação, sendo este motivo relativamente mais importante nas classes de rendimento e riqueza líquida mais elevadas do que nas inferiores. A poupança para deixar heranças ou para a aquisição da casa própria são também apontadas por um número não negligenciável de famílias, sendo o primeiro motivo mais relevante para as famílias mais ricas ou com maior rendimento e o segundo para as famílias com menores recursos.

5.2 Riqueza bruta

A distribuição do valor da riqueza bruta por características das famílias apresenta um padrão muito semelhante ao descrito na secção anterior para a riqueza líquida. Como seria de esperar, a maior parte da riqueza das famílias consiste em ativos reais, representando, para o total das famílias, os ativos financeiros 12.5 por cento do total riqueza bruta. O peso dos ativos financeiros não varia muito com as características das famílias, atingindo valores máximos de cerca de 15 por cento nas famílias no percentil mais elevado do rendimento e naquelas em que o indivíduo de referência completou algum grau de ensino superior.

5.2.1. Riqueza real

O **quadro 9** inclui a *distribuição do valor da riqueza real* por tipo de ativo e características das famílias. A residência principal representa cerca de 55 por cento do total da riqueza real do conjunto das famílias. Os restantes ativos imobiliários têm um peso de cerca de 25 por cento, constituindo o segundo tipo de ativos mais importantes. A participação em negócios²⁴ representa ligeiramente mais de 10 por cento da riqueza real das famílias e os veículos motorizados cerca de 5 por cento.

²⁴ Os negócios de que a família é proprietária são considerados como parte da riqueza real quando algum membro do agregado familiar têm uma participação ativa nessa atividade, como trabalhador por conta própria ou através de uma participação na gestão. Nos casos em que esta participação ativa não existe considera-se que o valor dos negócios de que a família é proprietária consiste em riqueza financeira.

Quadro 9 - Distribuição do valor da riqueza real por tipo de ativo e características das famílias

Em percentagem

	Total	Residência principal	Outros imóveis	Negócios por conta própria	Veículos motorizados	Outros bens de valor
Total	100.0	54.6	26.3	13.6	4.5	1.0
Percentil do rendimento						
Menor que 20	100.0	74.4	20.2	1.8	3.0	0.6
Entre 20 e 40	100.0	70.1	21.9	3.9	3.6	0.5
Entre 40 e 60	100.0	64.9	20.4	9.0	5.2	0.5
Entre 60 e 80	100.0	65.4	21.4	6.0	5.9	1.3
Entre 80 e 90	100.0	55.9	28.6	9.3	5.3	0.8
Maior que 90	100.0	32.7	33.8	28.1	3.8	1.5
Idade						
Menos de 35 anos	100.0	65.5	16.7	8.6	8.9	0.3
Entre 35 e 44 anos	100.0	63.8	17.9	12.1	5.8	0.3
Entre 45 e 54 anos	100.0	59.6	19.4	14.8	5.6	0.6
Entre 55 e 64 anos	100.0	44.3	31.3	19.1	4.0	1.2
Entre 65 e 74 anos	100.0	53.8	27.6	14.2	3.2	1.3
Mais de 74 anos	100.0	51.6	42.1	2.3	1.6	2.4
Condição perante o trabalho						
Trabalhador por c/ outrem	100.0	65.9	20.6	6.3	6.5	0.8
Trabalhador por c/ própria	100.0	30.9	25.6	39.4	3.4	0.7
Desempregado	100.0	77.6	14.0	0.6	7.4	0.4
Reformado	100.0	59.4	33.6	2.4	3.1	1.5
Outras situações	100.0	51.2	43.7	1.2	2.0	1.8
Profissão						
Responsab/qualificações elevadas	100.0	35.2	30.2	29.3	3.8	1.5
Técnicos/administrativos/serviços	100.0	69.1	20.8	2.3	7.2	0.6
Outras situações	100.0	66.9	17.2	9.5	6.3	0.2
Não trabalha	100.0	60.4	32.7	2.1	3.4	1.4
Escolaridade						
Ensino básico	100.0	62.7	24.8	7.3	4.7	0.5
Ensino secundário	100.0	46.1	24.8	23.3	4.9	0.8
Ensino superior	100.0	39.0	31.7	22.8	3.8	2.7
Percentil da riqueza líquida						
Menor que 25	100.0	75.6	5.3	0.3	18.3	0.4
Entre 25 e 50	100.0	85.2	5.7	1.1	7.5	0.4
Entre 50 e 75	100.0	80.5	10.7	1.3	6.9	0.6
Entre 75 e 90	100.0	74.2	15.6	4.3	5.1	0.7
Maior que 90	100.0	29.6	41.6	25.1	2.2	1.4

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias.

A importância primordial da residência principal nos ativos reais é comum à generalidade das famílias, com exceção daquelas que pertencem ao percentil mais elevado de rendimento e, principalmente, de riqueza líquida. Para estas famílias, os outros ativos imobiliários têm um peso superior ao da residência principal. Adicionalmente, nestes grupos de famílias, a participação em negócios apresenta um peso relativamente elevado. Em termos gerais, tanto a importância dos outros ativos imobiliários como da participação em negócios, tendem a aumentar não apenas com o nível da riqueza líquida e de rendimento, mas também com o nível de escolaridade do indivíduo de referência e com o grau de qualificações e/ou responsabilidades da profissão desse indivíduo. No caso da idade, o peso dos negócios atinge um valor máximo nas classes intermédias. O peso dos outros imóveis é crescente com a idade, ao contrário do que acontece com a residência principal.

No **quadro 10** apresenta-se a percentagem de famílias que detêm cada tipo de ativos reais e o valor mediano desses ativos para as famílias que os detêm.

Quadro 10 - Ativos reais por tipo e características das famílias

Valores medianos em milhares de euros

	Porcentagem de famílias que detêm os ativos em cada classe						Valor mediano dos ativos para as famílias que os detêm					
	Qualquer ativo	Residência principal	Outros imóveis	Negócios por conta própria	Veículos motorizados	Outros bens de valor	Todos os ativos	Residência principal	Outros imóveis	Negócios por conta própria	Veículos motorizados	Outros bens de valor
Total	90.1	71.5	27.1	7.6	72.2	8.4	91.9	90.0	53.5	47.3	5.0	2.0
Percentil do rendimento												
Menor que 20	78.0	65.3	19.9	1.9	39.1	5.2	59.0	62.5	12.0	26.0	2.0	0.3
Entre 20 e 40	84.3	63.2	21.3	5.1	59.4	7.2	66.0	76.9	37.5	34.9	2.5	0.8
Entre 40 e 60	92.9	72.2	22.8	8.2	82.2	5.8	87.0	87.5	49.0	36.8	4.6	1.9
Entre 60 e 80	96.9	74.7	28.7	8.6	89.7	9.1	100.5	100.0	49.0	46.1	6.2	1.7
Entre 80 e 90	98.0	78.8	32.2	12.4	89.2	9.5	136.3	124.9	90.6	44.2	9.1	4.1
Maior que 90	98.9	84.8	53.8	16.5	91.0	20.0	251.1	175.0	130.9	100.0	17.3	17.5
Idade												
Menos de 35 anos	87.8	46.3	12.4	8.1	81.4	3.1	70.0	107.0	63.0	43.8	7.6	2.4
Entre 35 e 44 anos	93.5	69.5	20.4	10.3	85.0	9.0	100.5	100.0	64.4	50.0	5.1	1.8
Entre 45 e 54 anos	91.8	74.4	26.4	10.1	83.7	9.4	101.7	100.0	62.5	55.9	6.3	0.8
Entre 55 e 64 anos	92.7	77.5	34.5	9.3	78.9	8.3	103.3	99.9	66.2	50.0	6.3	4.5
Entre 65 e 74 anos	90.0	77.7	32.3	4.4	60.9	9.1	77.2	73.2	37.0	38.9	3.2	2.5
Mais de 74 anos	81.5	72.0	31.5	2.0	36.7	9.2	74.9	67.0	40.5	30.0	2.0	5.0
Condição perante o trabalho												
Trabalhador por c/ outrem	93.7	70.8	22.6	4.4	85.3	8.3	95.0	100.0	54.2	74.2	5.9	1.8
Trabalhador por c/ própria	98.1	79.6	41.4	43.8	88.8	10.8	177.1	122.9	97.1	50.0	8.8	3.6
Desempregado	77.6	48.9	14.5	1.5	69.5	5.0	70.5	92.1	70.0	25.0	5.0	0.8
Reformado	86.9	74.8	31.0	2.6	54.7	8.2	79.0	74.9	44.5	33.4	3.0	3.4
Outras situações	82.3	66.5	24.6	0.8	50.4	12.0	76.2	87.5	20.0	262.5	3.8	0.5
Profissão												
Responsab/qualificações elevadas	99.0	75.2	40.7	34.2	87.4	13.7	220.0	175.0	130.9	69.7	13.7	17.5
Técnicos/administrativos/serviços	95.0	74.1	22.2	4.8	86.7	7.3	110.0	117.2	79.4	42.7	8.0	2.5
Outras situações	93.0	70.9	23.2	8.2	85.4	7.9	87.0	87.5	37.3	45.5	5.0	0.8
Não trabalha	85.1	70.2	28.0	2.3	56.6	8.0	77.2	75.0	44.4	33.4	3.6	2.4
Escolaridade												
Ensino básico	88.6	71.8	26.1	6.9	68.6	7.1	83.5	83.6	37.5	42.0	4.0	1.0
Ensino secundário	94.5	68.2	23.6	10.1	84.6	8.1	122.1	124.7	92.3	43.8	8.0	3.6
Ensino superior	97.6	73.5	41.5	10.6	85.4	20.5	204.6	175.0	112.0	93.8	13.6	17.5
Percentil da riqueza líquida												
Menor que 25	62.3	16.9	4.0	0.4	53.1	3.8	4.4	52.0	5.0	7.6	2.9	0.3
Entre 25 e 50	98.4	81.9	17.8	3.4	67.7	7.2	50.1	50.0	9.5	11.9	3.4	0.8
Entre 50 e 75	99.7	91.5	29.1	5.5	80.5	7.5	103.5	90.0	31.5	23.6	6.4	1.8
Entre 75 e 90	100.0	96.6	42.9	14.9	87.4	11.3	199.9	171.0	72.3	45.2	7.9	3.0
Maior que 90	100.0	93.7	79.4	30.9	87.0	20.9	447.4	200.0	232.9	152.8	13.9	17.5

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias.

Ligeiramente mais de 70 por cento das famílias portuguesas são proprietárias da sua residência principal. Uma percentagem semelhante de famílias é proprietária de veículos motorizados. Ligeiramente menos de 30 por cento das famílias detêm outros imóveis. Cerca de 8 por cento das famílias são proprietárias de negócios em que têm participação ativa ou de outros ativos de valor.

A percentagem de famílias que detêm qualquer um dos tipos de ativos assim como o valor mediano desses ativos aumenta, de um modo geral, com o rendimento e a riqueza líquida da família assim como com o nível de escolaridade do indivíduo de referência e com o grau de qualificações e/ou responsabilidades da sua profissão. Por idade, a percentagem de famílias que detêm ativos imobiliários é maior nas famílias com indivíduos de referência entre os 55 e os 74 anos, embora o valor mediano destes ativos seja ligeiramente mais elevado nas famílias com indivíduos de referência mais novos. Os restantes ativos reais são mais comuns em famílias em que os indivíduos de referência têm entre os 35 e os 55 anos. Relativamente à condição perante o trabalho, a maior percentagem de famílias que detêm qualquer um dos tipos de ativos, assim como o valor mediano desses ativos, atinge em geral valores máximos quando os indivíduos de referência são trabalhadores por conta própria.

5.2.2 Riqueza financeira

O **quadro 11** inclui a *distribuição do valor da riqueza financeira* das famílias. Os depósitos à ordem têm um peso de cerca de 12 por cento no total da riqueza financeira. Os depósitos a prazo²⁵ são os ativos com maior peso representando ligeiramente menos de 60 por cento do total. Os ativos transacionáveis, que incluem fundos de investimento, ações e outros títulos de dívida transacionáveis diretamente detidos pelas famílias, têm um peso de cerca de 13 por cento no total e o investimento em planos voluntários de pensões, como por exemplo os PPR (Planos de Poupança reforma), um peso próximo de 10 por cento. Os outros ativos financeiros, os quais incluem nomeadamente as participações em negócios que não sejam sociedades anónimas e em que o agregado participe apenas como investidor, representam cerca de 6 por cento da riqueza financeira das famílias.

²⁵ Os depósitos a prazo incluem para além de depósitos bancários também o investimento das famílias em Certificados de Aforro.

Quadro 11 - Distribuição do valor da riqueza financeira por tipo de ativo e características das famílias

Em percentagem

	Total	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo	Ativos transacionáveis	Planos voluntários de	Outros
Total	100.0	12.5	58.1	12.8	10.4	6.2
Percentil do rendimento						
Menor que 20	100.0	19.0	70.6	1.6	3.8	5.1
Entre 20 e 40	100.0	18.2	66.3	1.4	5.1	9.0
Entre 40 e 60	100.0	15.0	59.6	3.8	8.6	13.0
Entre 60 e 80	100.0	14.2	64.0	4.7	9.3	7.8
Entre 80 e 90	100.0	12.5	57.6	6.4	17.0	6.5
Maior que 90	100.0	8.9	51.8	24.3	11.5	3.3
Idade						
Menos de 35 anos	100.0	19.1	50.8	12.7	10.6	6.9
Entre 35 e 44 anos	100.0	15.8	48.1	14.6	13.2	8.3
Entre 45 e 54 anos	100.0	10.8	53.5	6.4	21.9	7.4
Entre 55 e 64 anos	100.0	11.5	54.5	19.3	9.6	5.2
Entre 65 e 74 anos	100.0	12.1	68.1	8.8	4.3	6.7
Mais de 74 anos	100.0	10.2	74.8	8.8	2.4	3.7
Condição perante o trabalho						
Trabalhador por c/ outrem	100.0	14.6	53.4	13.0	15.7	3.3
Trabalhador por c/ própria	100.0	8.8	48.2	20.5	10.9	11.6
Desempregado	100.0	18.6	57.0	7.1	9.1	8.3
Reformado	100.0	12.0	70.6	8.4	4.6	4.5
Outras situações	100.0	12.2	50.1	2.8	4.0	30.9
Profissão						
Responsab/qualificações elevadas	100.0	10.6	52.8	19.8	13.3	3.6
Técnicos/administrativos/serviços	100.0	15.6	53.7	6.8	17.8	6.1
Outras situações	100.0	16.4	49.7	7.8	13.8	12.4
Não trabalha	100.0	12.5	68.5	8.0	4.9	6.1
Escolaridade						
Ensino básico	100.0	14.3	61.1	7.5	8.8	8.3
Ensino secundário	100.0	11.0	49.2	21.5	13.4	5.0
Ensino superior	100.0	10.0	59.3	16.2	11.2	3.3
Percentil da riqueza líquida						
Menor que 25	100.0	49.1	35.9	1.1	4.8	9.0
Entre 25 e 50	100.0	23.4	59.3	3.3	7.2	6.8
Entre 50 e 75	100.0	14.2	63.7	5.8	10.2	6.1
Entre 75 e 90	100.0	14.0	61.4	6.0	11.1	7.5
Maior que 90	100.0	7.2	55.5	20.7	11.1	5.4

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias.

O peso dominante dos depósitos a prazo no total da carteira de investimentos financeiros é comum praticamente a todas as classes de famílias, representando em geral mais de metade do valor das aplicações financeiras. Nas famílias que pertencem à classe de riqueza líquida mais reduzida, os depósitos à ordem têm contudo uma importância maior do que os depósitos a prazo. Como seria de esperar, quando o rendimento e a riqueza líquida das famílias aumentam, a importância dos depósitos à ordem diminui e o peso das aplicações geralmente associadas a um maior risco e maior rentabilidade, como é o caso dos ativos transacionáveis aumenta. O peso dos depósitos a prazo atinge um valor máximo nos percentis intermédios de riqueza líquida e de rendimento e o do investimento em planos de pensões nas duas últimas classes. Quando a idade do indivíduo de referência aumenta, a importância dos depósitos à ordem diminui e, como contrapartida, a dos depósitos a prazo aumenta. A importância dos ativos transacionáveis e das pensões voluntárias é menor nas famílias com indivíduos de referências com idade superior a 65

anos, do que na maior parte das restantes. Por condição perante o trabalho, os depósitos à ordem têm um maior peso no caso das famílias em que o indivíduo de referência está desempregado, os depósitos a prazo no caso dos reformados, os ativos transacionáveis para os trabalhadores por conta própria e as pensões voluntárias para os trabalhadores por conta de outrem.

O valor mediano dos depósitos a prazo, para as famílias que detêm este tipo de aplicação, situa-se em cerca de 10 mil euros, traduzindo um valor 10 vezes superior ao dos depósitos à ordem (**quadro 12**). Por sua vez, os ativos transacionáveis e os planos voluntários de pensões, que são detidos, de acordo com o ISFF, por cerca de 7 e 14 por cento das famílias portuguesas, têm valores medianos de cerca de 9 e 6 mil euros, respetivamente.

Tal como no caso dos ativos reais, a percentagem de famílias que detêm qualquer um dos tipos de ativos, assim como o valor mediano desses ativos, apresentam uma tendência de aumento com o rendimento, a riqueza líquida da família, com o nível de escolaridade do indivíduo de referência e com o grau de qualificações e/ou responsabilidades da sua profissão. Por idade, os valores medianos mais elevados dos ativos estão associados em geral a famílias com indivíduos de referência entre os 55 e os 74 anos e os valores mais reduzidos a famílias com indivíduos mais novos. As famílias com indivíduos de referência menores de 35 anos têm contudo valores elevados de ativos transacionáveis. A percentagem de famílias com ativos atinge um valor máximo nas famílias com indivíduos de referência na classe 65-74 anos, no caso dos depósitos a prazo e em classes de indivíduos mais novos no caso dos restantes ativos. As famílias em que o indivíduo de referência estava a trabalhar em 2010 são aquelas que mais detêm qualquer dos tipos de ativos financeiros. As famílias em o indivíduo de referência é trabalhador por conta própria apresentam valores medianos de ativos mais elevados, do que aquelas em que esse indivíduo é trabalhador por conta de outrem

Quadro 12 - Ativos financeiros por tipo e características das famílias

Valores medianos em milhares de euros

	Porcentagem de famílias que detêm os ativos em cada classe						Valor mediano dos ativos para as famílias que os detêm					
	Qualquer ativo	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo	Ativos transacion.	Regimes voluntários de pensões	Outros	Todos os ativos	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo	Ativos transacion.	Planos voluntários de pensões	Outros
Total	94.4	93.0	43.7	6.5	14.1	8.5	4.3	1.0	10.0	8.9	5.9	4.3
Percentil do rendimento												
Menor que 20	83.9	81.6	29.1	1.4	2.7	4.3	1.8	0.5	7.6	2.0	4.5	3.3
Entre 20 e 40	93.2	90.7	37.5	1.5	6.2	7.4	2.3	0.8	6.8	8.2	2.6	3.2
Entre 40 e 60	97.6	96.7	41.1	2.9	11.1	10.5	3.1	0.9	8.7	2.9	2.9	2.8
Entre 60 e 80	98.3	97.8	48.2	5.2	15.7	10.3	5.7	1.3	11.5	6.2	4.1	4.9
Entre 80 e 90	98.7	98.2	52.2	10.3	25.3	9.2	8.6	2.0	16.0	6.0	6.8	4.7
Maior que 90	99.4	98.4	72.4	32.7	44.3	10.6	41.2	3.8	33.2	17.2	10.4	12.6
Idade												
Menos de 35 anos	97.9	97.9	36.8	7.7	15.4	7.7	3.0	1.0	7.0	14.7	2.4	2.7
Entre 35 e 44 anos	97.4	97.1	42.9	6.5	18.7	12.1	3.6	1.2	8.1	6.3	2.8	3.0
Entre 45 e 54 anos	96.1	95.1	42.0	6.9	20.9	10.5	4.1	1.0	8.8	5.3	7.2	4.0
Entre 55 e 64 anos	93.7	92.3	44.4	8.2	16.8	8.9	5.6	1.2	16.1	10.0	8.2	5.5
Entre 65 e 74 anos	93.2	90.9	48.0	4.9	5.6	5.6	5.5	1.2	15.0	13.0	8.7	8.3
Mais de 74 anos	88.0	84.9	45.7	4.9	4.2	4.1	4.9	1.0	10.7	5.0	7.0	3.4
Condição perante o trabalho												
Trabalhador por c/ outrem	97.2	96.8	43.9	7.7	20.1	8.3	4.0	1.0	8.9	9.3	5.1	2.6
Trabalhador por c/ própria	97.9	96.9	46.5	10.0	22.9	16.5	7.6	1.8	17.5	10.2	8.3	13.8
Desempregado	91.7	90.4	26.9	3.6	7.9	12.2	1.9	0.6	6.2	5.0	2.5	2.7
Reformado	91.4	88.9	46.5	5.3	6.4	5.7	5.1	1.0	14.8	7.0	7.6	4.4
Outras situações	87.2	84.9	37.1	1.8	7.5	6.4	2.0	0.6	3.8	20.0	1.8	24.9
Profissão												
Responsab/qualificações elevadas	99.4	98.8	62.0	23.7	40.7	10.3	20.4	3.0	20.1	15.0	9.4	10.4
Técnicos/administrativos/serviço:	98.9	98.3	50.3	9.7	22.8	8.5	6.0	1.4	9.2	4.8	6.0	6.4
Outras situações	96.0	95.5	35.6	2.2	13.0	10.7	2.6	0.8	7.0	8.9	3.4	3.0
Não trabalha	91.1	88.8	42.8	4.8	6.7	6.8	4.0	1.0	10.1	7.0	6.0	4.0
Escolaridade												
Ensino básico	93.0	91.4	40.3	3.0	9.9	7.8	3.4	0.8	10.0	6.0	4.3	4.2
Ensino secundário	99.3	98.8	48.9	12.4	22.0	10.8	6.1	1.8	10.0	8.1	6.3	3.0
Ensino superior	99.4	99.0	66.5	29.4	40.7	11.3	24.0	3.7	23.9	13.3	7.9	8.4
Percentil da riqueza líquida												
Menor que 25	88.3	86.9	18.4	1.3	4.7	5.8	0.9	0.6	2.8	1.0	1.6	1.0
Entre 25 e 50	92.9	91.3	37.6	2.0	8.1	6.9	3.3	0.8	7.1	6.9	2.1	2.7
Entre 50 e 75	97.4	96.1	52.1	6.0	16.2	8.6	6.1	1.0	10.0	4.8	4.2	4.4
Entre 75 e 90	98.7	96.9	62.4	10.0	22.0	12.1	15.2	2.0	18.0	8.8	8.9	7.0
Maior que 90	99.6	99.4	72.9	27.0	35.8	13.4	46.0	3.7	37.5	20.8	16.7	16.6

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias.

5.3 Dívida

A dívida associada a hipotecas da residência principal do agregado representa cerca de 80 por cento do valor da dívida total das famílias, as dívidas com hipotecas de outros imóveis cerca de 12 por cento, os empréstimos não garantidos cerca de 7 por cento e as restantes dívidas, entre as quais se incluem os cartões de crédito, as linhas de crédito e os descobertos bancários, cerca de 1 por cento (**quadro 13**).

Quadro 13 - Distribuição do valor da dívida por tipo de dívida e características das famílias

Em percentagem

	Total	Hipoteca da residência principal	Hipoteca de outros imóveis	Empréstimos não garantidos por imóveis	Cartão crédito, linhas de crédito e descobertos bancários
Total	100.0	80.3	11.9	6.6	1.3
Percentil do rendimento					
Menor que 20	100.0	77.7	9.6	12.0	0.7
Entre 20 e 40	100.0	78.0	11.6	8.9	1.4
Entre 40 e 60	100.0	89.3	4.6	5.4	0.7
Entre 60 e 80	100.0	79.9	9.5	9.5	1.0
Entre 80 e 90	100.0	80.0	15.0	4.3	0.7
Maior que 90	100.0	74.4	18.2	4.8	2.6
Idade					
Menos de 35 anos	100.0	90.8	4.7	3.9	0.6
Entre 35 e 44 anos	100.0	85.5	8.1	5.5	0.9
Entre 45 e 54 anos	100.0	75.8	15.3	7.7	1.2
Entre 55 e 64 anos	100.0	59.8	26.6	11.7	1.9
Entre 65 e 74 anos	100.0	44.7	32.1	11.5	11.7
Mais de 74 anos	100.0	59.2	25.3	14.6	0.8
Condição perante o trabalho					
Trabalhador por c/ outrem	100.0	84.6	8.8	5.7	0.9
Trabalhador por c/ própria	100.0	70.4	21.6	6.6	1.3
Desempregado	100.0	82.4	6.6	9.6	1.3
Reformado	100.0	64.6	15.7	13.9	5.8
Outras situações	100.0	45.2	47.0	6.5	1.3
Profissão					
Responsab/qualificações elevadas	100.0	76.6	16.6	5.4	1.5
Técnicos/administrativos/serviços	100.0	84.8	10.6	3.6	1.0
Outras situações	100.0	83.3	8.1	7.9	0.6
Não trabalha	100.0	71.8	13.3	11.5	3.4
Escolaridade					
Ensino básico	100.0	78.4	12.8	8.1	0.7
Ensino secundário	100.0	84.4	9.0	4.2	2.4
Ensino superior	100.0	80.7	12.6	4.9	1.7
Percentil da riqueza líquida					
Menor que 25	100.0	79.2	6.8	12.5	1.5
Entre 25 e 50	100.0	90.9	3.6	4.8	0.6
Entre 50 e 75	100.0	82.5	10.1	6.6	0.8
Entre 75 e 90	100.0	76.8	17.4	4.5	1.4
Maior que 90	100.0	66.9	24.3	6.2	2.7

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias.

Por classes, as hipotecas da residência principal assumem um maior peso em famílias com níveis intermédios de rendimento e de riqueza líquida assim como no caso de famílias em que o indivíduo de referência é mais jovem, em que é trabalhador por conta de outrem ou está desempregado. Por sua vez, as hipotecas de outros imóveis têm um maior peso na

dívida das famílias com maiores níveis de rendimento ou riqueza, nas famílias com indivíduos de referência mais velhos e que são trabalhadores por conta própria ou estão inativos. De entre as restantes dívidas, os empréstimos têm um maior peso para as famílias com menores níveis de rendimento ou riqueza líquida, enquanto as dívidas associadas a cartões de crédito, linhas de crédito e descobertos bancários pesam mais no endividamento das famílias com maiores níveis de rendimento ou riqueza.

No **quadro 14** apresenta-se a percentagem de famílias que têm cada tipo de dívida e os valores medianos das dívidas para as famílias que as têm. Segundo o ISFF, cerca de 40 por cento das famílias portuguesas estão endividadas, sendo o valor mediano da dívida de cerca de 30 mil euros²⁶. As hipotecas da residência principal abrangem cerca de 25 por cento das famílias. Apenas cerca de 3 por cento das famílias têm hipotecas de outros imóveis. O valor mediano da dívida associada a estas últimas hipotecas é, contudo, superior ao das hipotecas da residência principal. As restantes dívidas têm como seria de esperar valores muito inferiores. Cerca de 13 por cento das famílias têm empréstimos não garantidos e 7.5 por cento dívidas associadas a cartões de crédito, linhas de crédito e descobertos bancários.

A percentagem de famílias endividadas aumenta com o nível de rendimento, passando de cerca de 12 por cento nas famílias no primeiro percentil, para cerca de 62 por cento no percentil mais elevado. Este padrão é comum tanto aos empréstimos hipotecários, como às dívidas associadas a cartões de crédito, linhas de crédito e descobertos bancários. A percentagem de famílias com empréstimos não garantidos por imóveis é ligeiramente maior nas classes intermédias de rendimento do que nas restantes. Adicionalmente, a percentagem de famílias com este tipo de empréstimos reduz-se com o nível de riqueza líquida, sugerindo que os empréstimos não garantidos serão em parte utilizados por famílias com menores recursos financeiros. Esta situação parece ser confirmada pela percentagem relativamente elevada de famílias em que o indivíduo de referência está desempregado e que têm este tipo de empréstimos.

²⁶ Em Costa e Farinha (2012) é efetuada uma análise detalhada da participação das famílias no mercado de dívida e do endividamento das famílias com base nos dados do ISFF 2010.

Quadro 14 - Dívida por tipo e características das famílias

Valores medianos em milhares de euros

	Percentagem de famílias com dívida em cada classe					Valor mediano das dívidas para as famílias que as têm				
	Qualquer dívida	Hipoteca da residência principal	Hipoteca de outros imóveis	Empréstimos não garantidos por imóveis	Cartão crédito, linhas de crédito e descobertos bancários	Todas as dívidas	Hipoteca da residência principal	Hipoteca de outros imóveis	Empréstimos não garantidos por imóveis	Cartão crédito, linhas de crédito e descobertos bancários
Total	37.7	24.5	3.3	13.3	7.5	31.7	46.1	57.7	4.9	0.9
Percentil do rendimento										
Menor que 20	12.5	6.8	0.8	5.5	2.0	20.0	37.3	43.0	4.0	0.5
Entre 20 e 40	24.5	12.9	1.5	10.2	4.1	15.7	47.0	63.9	1.9	0.7
Entre 40 e 60	44.2	30.8	2.5	15.9	7.7	28.8	41.8	20.0	3.3	0.7
Entre 60 e 80	49.2	30.7	2.8	18.9	10.3	25.0	41.4	56.3	5.8	0.7
Entre 80 e 90	52.7	38.4	6.4	16.1	11.2	45.6	56.6	70.0	6.0	0.8
Maior que 90	62.5	43.6	10.8	15.3	15.2	53.6	60.8	58.4	9.6	1.5
Idade										
Menos de 35 anos	55.8	35.1	3.4	20.4	13.8	64.6	84.9	54.9	5.0	0.9
Entre 35 e 44 anos	66.2	48.9	4.4	21.9	12.6	44.3	53.9	63.4	4.0	0.7
Entre 45 e 54 anos	48.6	33.5	4.7	16.2	9.1	30.4	39.4	60.7	5.8	1.2
Entre 55 e 64 anos	33.5	18.0	4.5	12.5	6.1	12.5	19.6	46.5	5.0	0.9
Entre 65 e 74 anos	13.6	5.5	1.4	6.0	2.9	6.6	10.8	48.7	2.7	0.8
Mais de 74 anos	4.6	1.8	0.3	1.9	1.1	5.5	6.7	100.0	6.9	0.7
Condição perante o trabalho										
Trabalhador por c/ outrem	57.9	41.2	4.1	19.5	11.1	37.8	48.2	61.0	4.6	0.9
Trabalhador por c/ própria	46.8	29.9	8.3	14.4	8.6	49.2	60.6	62.6	7.5	0.6
Desempregado	40.5	21.6	1.9	16.0	10.5	20.5	42.1	42.1	4.1	0.8
Reformado	13.2	6.2	1.0	5.7	2.8	7.5	15.2	37.5	4.7	0.8
Outras situações	16.5	3.6	3.6	7.9	3.0	5.1	31.6	20.0	1.4	0.9
Profissão										
Responsab/qualificações elevadas	62.0	44.1	8.6	15.9	12.2	61.7	69.8	68.0	11.1	1.5
Técnicos/administrativos/serviço	64.9	49.9	6.0	18.1	15.4	41.9	47.8	64.5	4.6	1.0
Outras situações	49.3	32.3	3.2	19.2	8.0	31.7	44.6	50.4	4.5	0.6
Não trabalha	17.6	8.4	1.4	7.5	4.0	10.0	29.2	31.4	4.2	0.8
Escolaridade										
Ensino básico	32.5	20.0	2.7	12.6	5.0	25.2	40.8	53.4	4.5	0.6
Ensino secundário	55.9	40.8	4.2	16.1	18.4	42.8	52.9	60.0	5.0	1.0
Ensino superior	57.7	40.6	6.6	15.3	14.0	56.6	69.9	63.0	9.8	1.3
Percentil da riqueza líquida										
Menor que 25	29.5	10.4	0.9	18.0	9.4	9.0	76.8	65.0	3.1	0.7
Entre 25 e 50	35.7	28.7	1.2	11.3	5.8	38.2	44.6	40.4	4.4	1.0
Entre 50 e 75	40.1	28.5	2.9	13.6	7.1	27.3	38.4	53.5	5.0	0.5
Entre 75 e 90	48.0	32.3	7.5	11.4	8.0	32.7	39.5	53.8	6.4	1.0
Maior que 90	41.7	27.2	8.8	8.3	7.3	53.6	66.3	58.8	12.0	1.4

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias.

A percentagem de famílias endividadas reduz-se a partir da segunda classe etária. Esta situação reflete as maiores necessidades de endividamento das famílias jovens, as quais são, contudo, provavelmente condicionadas na classe de idade mais baixa por uma maior incerteza quanto aos rendimentos do agregado. Em particular, a percentagem de famílias com hipotecas da residência principal assume um valor bastante mais significativo na classe 35-44 anos do que nas restantes classes etárias. A percentagem de famílias com hipotecas de outros imóveis atinge o valor máximo na classe 45-54 anos, o que está de acordo com o facto da decisão de compra de uma segunda habitação ser em geral tomada mais tarde do que a de compra da primeira. Este tipo de empréstimo é, como seria de esperar, o que parece estar associado a famílias com uma situação financeira mais favorável. Com efeito, as hipotecas de outros imóveis existem com uma maior frequência em famílias com um maior nível de riqueza líquida e em que o indivíduo de referência é trabalhador por conta própria, tem um nível de educação superior e uma profissão com um maior nível de qualificações/responsabilidades.

O valor mediano da dívida aumenta genericamente com o nível de rendimento e de riqueza líquida e reduz-se com a idade do indivíduo de referência. A dívida assume valores mais elevados nas famílias em que o indivíduo de referência é trabalhador, e principalmente trabalhador por conta própria, e em que tem um nível de escolaridade mais elevado e uma profissão com maior nível de qualificações/responsabilidades. O maior endividamento nas classes de idade mais jovens é principalmente determinado pelas hipotecas da residência principal, não existindo nos restantes empréstimos uma relação tão clara com a idade.

5.4 Consumo

O **quadro 15** inclui os valores mensais médios e medianos das despesas regulares das famílias em bens de consumo e serviços correntes e em despesas de alimentação. De acordo com estes dados o consumo médio regular das famílias situa-se em cerca de 950 euros e o consumo mediano em 700 euros. As despesas em alimentação representam cerca de metade destes valores.

O consumo aumenta como seria de esperar com o rendimento e com as características das famílias que estão positivamente correlacionadas com esta variável, como sejam o nível de escolaridade do indivíduo de referência ou o seu tipo de profissão. O consumo mediano para os 10 por cento das famílias com rendimentos mais elevados situa-se em cerca de 1500 euros, o que representa mais de 3 vezes o consumo mediano dos 20 por cento de famílias com rendimento mais baixo. No caso da riqueza líquida, existe

igualmente uma relação positiva com o consumo mas que é menos acentuada. Por idade, o consumo mediano aumenta até à classe 45-54 anos e reduz-se nas classes de idade superiores. Para as famílias em que o indivíduo de referência tem 65 anos ou mais, o consumo situa-se em níveis ligeiramente mais reduzidos do que nas famílias que pertencem às classes de idades mais jovens. Por tipo de família, o consumo é mais elevado nas famílias com mais membros, naquelas em que existem crianças e nas famílias com indivíduos mais novos. As despesas com alimentação têm um padrão de comportamento semelhante ao do consumo, reduzindo-se o seu peso no consumo apenas ligeiramente para as famílias de maior rendimento e/ou maior riqueza líquida.

Quadro 15 - Consumo de bens e serviços regulares por características das famílias

Em euros

	Bens e serviços regulares		dos quais: alimentação	
	Mediana	Média	Mediana	Média
Total	700	952	350	465
Percentil do rendimento				
Menor que 20	400	534	200	278
Entre 20 e 40	537	681	300	357
Entre 40 e 60	700	901	359	434
Entre 60 e 80	816	1076	444	534
Entre 80 e 90	1000	1224	500	601
Maior que 90	1410	1897	666	843
Idade				
Menos de 35 anos	650	890	335	429
Entre 35 e 44 anos	750	1030	400	476
Entre 45 e 54 anos	800	1058	440	531
Entre 55 e 64 anos	712	1089	400	517
Entre 65 e 74 anos	590	845	327	439
Mais de 74 anos	500	682	250	349
Condição perante o trabalho				
Trabalhador por c/ outrem	750	1078	400	513
Trabalhador por c/ própria	793	1090	400	524
Desempregado	600	851	320	426
Reformado	561	810	300	414
Outras situações	508	687	300	335
Profissão				
Responsab/qualificações elevadas	1000	1436	517	670
Técnicos/administrativos/serviços	848	1259	450	588
Outras situações	700	884	350	431
Não trabalha	561	808	300	410
Escolaridade				
Ensino básico	619	828	350	420
Ensino secundário	818	1144	418	540
Ensino superior	1200	1785	600	763
Tipo de família				
1 adulto >=65	363	537	200	276
1 adulto <65	500	698	266	333
Vários adultos >=65	600	889	321	455
Vários adultos restantes	703	993	400	484
1 adulto e criança(s)	614	935	330	407
Adultos e criança(s)	800	1100	400	536
Percentil da riqueza líquida				
Menor que 25	566	771	300	395
Entre 25 e 50	600	801	350	391
Entre 50 e 75	700	924	350	447
Entre 75 e 90	818	1099	434	542
Maior que 90	1096	1626	576	756

Fonte: Inquérito à Situação Financeira das Famílias.

6. Considerações finais

O ISFF 2010 constitui a primeira edição de um inquérito à situação financeira das famílias portuguesas, realizado no âmbito de um projeto do Eurosistema, que visa a constituição de uma base de dados de natureza microeconómica, com informação comparável para os vários países da área do euro.

A informação de carácter microeconómico é muito útil para a realização de estudos que analisem os mecanismos subjacentes ao comportamento das variáveis económicas, tais como, por exemplo, os estudos sobre a desigualdade na distribuição da riqueza, sobre o acesso ao crédito e restrições de liquidez ou sobre as consequências da inovação financeira no alisamento do consumo e nas decisões de carteira. O conhecimento aprofundado sobre estes tópicos é muito importante para informar as decisões de política e a análise da estabilidade financeira.

Em geral, a informação microeconómica permite compreender melhor o comportamento das variáveis agregadas. Este tipo de informação permite ter em conta que alguns agregados, tais como a riqueza sob a forma de negócios ou de alguns produtos financeiros específicos, se concentram desproporcionadamente num pequeno grupo de indivíduos/famílias, cujo comportamento pode influenciar, por exemplo, os preços dos ativos. Adicionalmente, a informação sobre os níveis de endividamento por categorias de famílias é muito útil para avaliar em que medida é que a acumulação de dívida em termos agregados se reflete em riscos para o crescimento do consumo e, em última análise, da atividade económica, ou para a estabilidade financeira.

Por fim refira-se que os dados microeconómicos tornam possível a avaliação do impacto de choques macroeconómicos ou alterações de política nos diversos tipos de famílias em diferentes enquadramentos institucionais. Por exemplo, uma alteração na taxa de juro afeta de forma oposta devedores e aforradores. Assim, as suas consequências dependem da proporção de famílias endividadas, do nível do seu endividamento e do tipo de dívida que detêm, aspetos que só são conhecidos a partir de informação microeconómica. Este tipo de estudos é particularmente relevante no contexto da área do euro, dada a existência de uma política monetária comum e enquadramentos nacionais muito diversificados.

7. Referências

Barceló, C. (2006), "Imputation of the 2002 wave of the Spanish survey of household finances (EFF)", Documentos Ocasionales n.º 0603, Banco de España.

Bover, O. (2004), "The Spanish survey of household finances (EFF): Description and methods of the 2002 wave", Occasional paper nº0409, Banco de España.

Brian K. B., A. B. Kennickell, T. L. Mach and K. B. Moore (2009), "Changes in U.S. Family Finances from 2004 to 2007: Evidence from the Survey of Consumer Finances", Federal Reserve Bulletin, vol. 95, Federal Reserve Board.

Costa, S. e L. Farinha (2012), "O endividamento das famílias: uma análise microeconómica com base nos resultados do ISFF", Relatório de Estabilidade Financeira Maio de 2012, Banco de Portugal.

Kennickell, A. (1998), "Multiple imputation in the Survey of Consumer Finances", Reserve Board Working Paper, setembro.

Kennickell, A. (2005), "The Good Shepherd: Sample Design and Control for Wealth Measurement in the Survey of Consumer Finances", Federal Reserve Board Working Paper, janeiro.

Pérez-Duarte, S., C. Sánchez-Muñoz e V. Törmälehto (2010), "Re-weighting to reduce unit non-response bias in household wealth surveys: a cross-country comparative perspective illustrated by a case study", European Conference on Quality in Official Statistics.

Rubin, D. (2004), "Multiple Imputation for Nonresponse in Surveys", John Wiley and Sons, New Jersey.

Anexo 1 - Aspectos práticos associados à utilização da base de dados do ISFF

Conteúdo da base de dados

A base de dados do ISFF é constituída pelos seguintes tipos variáveis:

- Variáveis do questionário à situação financeira das famílias: estão divididas em variáveis relativas ao agregado familiar e variáveis relativas aos indivíduos.
- Variáveis sombra (*flags*); a cada uma das variáveis do questionário está associada uma *flag* que indica a natureza de cada uma das suas observações (por exemplo, se foi imputada, recolhida diretamente da família, não respondida por não se aplicar, etc.).
- Ponderador da amostra final: variável que, no cálculo de totais, médias, medianas, rácios, se destina basicamente a compensar as diferentes probabilidades da família fazer parte da amostra (devidas ao desenho da amostra e à taxa de resposta).
- Réplicas (*replicate weights*): variáveis que permitem ter em conta o desenho da amostra no cálculo da variância total de uma determinada estatística.

Cálculo de estatísticas

No cálculo de estatísticas a partir dos dados do ISFF é necessário levar em consideração as seguintes características técnicas do inquérito:

- i) A base de dados é constituída na prática por 5 bases de dados (*implicates*) que diferem nos valores atribuídos às observações que foram imputadas, as quais devem ser utilizadas em conjunto, por forma a se levar em conta a incerteza associada ao processo de imputação;
- ii) A amostra do ISFF é uma amostra probabilística e portanto cada observação deve ser ponderada pelo ponderador da família em causa;
- iii) No cálculo de variâncias das estimativas pontuais deve-se levar em conta que essa estimativa depende da amostra que está a ser utilizada. Assim o cálculo da variância deve ser efetuado com base nas réplicas dos ponderadores.

Considerando uma determinada estatística de interesse, θ , por exemplo o rendimento médio por família, $\bar{\theta}$ é o valor estimado obtido com a amostra total, o qual corresponde a uma média das estimativas obtidas com cada um dos *implicates* ($\hat{\theta}_m$):

$$\bar{\theta} = \frac{1}{M} \sum_{m=1}^M \hat{\theta}_m$$

$$\hat{\theta}_m = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^n w_i y_{im}$$

Em que: w_i é o ponderador final da família i , y_{im} o rendimento da família i de acordo com o implete m , n o número de famílias da amostra, N o número de famílias da população e M o número de impletes (4004 e 5, respetivamente, no ISFF).

Por sua vez, a variância total deste estimador corresponde a uma combinação da variância *within* (W), ou seja da variância que leva em conta a incerteza associada ao processo de amostragem, e da variância *between* (Q), ou seja da variância que leva em conta a incerteza associada ao processo de imputação.

$$T = W + (1 + \frac{1}{M})Q$$

A variância *within* (W) é dada pela média das variâncias amostrais obtidas com cada um dos M impletes ($V_m(\hat{\theta}_m)$), ou seja:

$$W = \frac{1}{M} \sum_{m=1}^M V_m(\hat{\theta}_m)$$

$$V_m(\hat{\theta}_m) = \frac{1}{B-1} \sum_{b=1}^B (\hat{\theta}_{mb} - \hat{\theta}_m)^2$$

$$\hat{\theta}_{mb} = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^n w_{ib} y_{im}$$

$$\hat{\theta}_m = \frac{1}{B} \sum_{b=1}^B \hat{\theta}_{mb}$$

em que: B corresponde ao número de réplicas (1000, no ISFF), w_{ib} ao ponderador da família i na réplica b , $\hat{\theta}_{mb}$ ao rendimento médio estimado com o implete m e a réplica b e $\hat{\theta}_m$ à média dos rendimentos estimados com cada uma das réplicas e usando o implete m .

A variância *between* (Q) corresponde à variância (da média para todas as réplicas) das estimativas do rendimento obtidas com cada um dos impletes:

$$Q = \frac{1}{M-1} \sum_{m=1}^M (\hat{\theta}_m - \bar{\theta})^2$$

Anexo 2 – Descrição das variáveis analisadas na secção 5

Neste anexo descrevem-se as variáveis utilizadas na secção 5, onde é efetuada a análise da situação financeira das famílias de acordo com os resultados do inquérito. Na primeira parte apresentam-se as definições das variáveis relativas aos ativos, dívidas, rendimento e consumo, para as quais foram analisadas as distribuições por tipo de família e na segunda parte as definições das variáveis relativas às características demográficas e socio-económicas das famílias.

Ativos, dívidas, rendimento e consumo

A *riqueza líquida* corresponde à diferença entre o valor total da riqueza (ativos reais e ativos financeiros) e o valor total da dívida no momento da entrevista.

A *riqueza real ou não financeira* corresponde à soma do valor, no momento da entrevista, das propriedades imobiliárias, dos veículos motorizados, das participações em negócios por conta própria e de outros bens valiosos de que a família seja proprietária²⁷. As propriedades imobiliárias incluem, para além da residência principal do agregado familiar, também outros imóveis. Os outros ativos de valor incluem por exemplo, joias, antiguidades e obras de arte. As participações em negócios por conta própria correspondem a participações, que não sejam sob a forma de ações, num negócio em que algum membro da família trabalhe por conta própria ou desempenhe um papel ativo na gestão.

A *riqueza financeira* é composta pelo valor no momento da entrevista dos depósitos à ordem, dos depósitos a prazo, dos fundos de investimento, dos títulos de dívida transacionáveis, das ações, das participações em negócios que não sejam sociedades anónimas nem negócios por conta própria (ou seja negócios que não são sociedades anónimas e em que os membros do agregado participem apenas como investidores), dos planos voluntários de pensões e dos outros ativos financeiros. À semelhança do que acontece nas contas financeiras, os depósitos a prazo incluem os valores dos Certificados de Aforro. Nos **quadros 11 e 12** o valor dos fundos de investimento, dos títulos de dívida e das ações foram agrupados, sob a designação de ativos transacionáveis. Os valores dos planos voluntários de pensões correspondem ao saldo acumulado até ao momento da entrevista em “aplicações financeiras”, constituídas por iniciativa dos indivíduos, que garantam uma pensão no futuro (por exemplo, fundos de pensões que não estão associados à atividade profissional, planos de poupança reforma ou seguros que garantam uma pensão). Os outros ativos financeiros incluem todos os ativos financeiros que não

²⁷ Esta definição de ativos reais difere do conceito do Sistema Europeu de as Contas Nacionais pelo facto de incluir os veículos e as participações em negócios.

estejam ainda contabilizados nas rubricas anteriores, podendo englobar por exemplo, ativos que as famílias detenham em contas geridas por bancos ou empresas de investimento, empréstimos a amigos ou familiares, derivados financeiros ou patentes.

A *dívida* engloba os empréstimos que tenham como garantia imóveis dos quais os agregados são proprietários (a residência principal ou outros), empréstimos não garantidos por imóveis, assim como dividas associadas a descobertos bancários, linhas de crédito ou a cartões de crédito sobre as quais sejam cobrados juros. Os valores das dívidas correspondem aos montantes em dívida no momento da entrevista.

O *rendimento* da família corresponde à soma dos rendimentos regulares brutos dos seus membros em 2009. O rendimento da família pode estar associado a: trabalho por conta de outrem; trabalho por conta própria; pensões concedidas pelos regimes públicos de proteção social (pensões de velhice, de aposentação, de sobrevivência ou de invalidez); pensões associadas a planos de pensões privados; subsídios de desemprego; outras prestações regulares provenientes do setor público (por exemplo, abonos de família, bolsas de estudo ou rendimento social de inserção); transferências privadas regulares (por exemplo, pensões de alimentos, bolsas de estudo ou outros subsídios); bens imobiliários; investimentos financeiros (por exemplo, juros e dividendos); e negócios que não sejam sociedades anónimas. No **quadro 8** os subsídios de desemprego e as outras prestações regulares provenientes do setor público foram agrupadas na rubrica transferências públicas regulares (exceto pensões). As pensões privadas englobam quer as pensões associadas à atividade profissional (fundos de pensões de empresas), quer as pensões associadas a planos de pensões aos quais os indivíduos aderiram voluntariamente.

O *consumo* corresponde ao valor médio mensal, nos doze meses anteriores à realização do inquérito, das despesas regulares das famílias com bens de consumo e serviços correntes²⁸. Os valores relativos às despesas com alimentação incluídos no **quadro 15** resultam da soma das despesas em alimentação em casa com as despesas em alimentação fora de casa.

Características demográficas e socio-económicas das famílias

Na caracterização das famílias considerou-se a classe de idade, a condição perante o trabalho, o nível de escolaridade e a profissão do indivíduo de referência assim como o tipo de família e variáveis relativas à situação económica da família, nomeadamente,

²⁸ Note-se que durante a entrevista foram dadas indicações às famílias para não incluírem em nenhuma destas respostas as despesas com rendas de imóveis, prestações de empréstimos, prémios de seguros, contribuições para fundos de pensões e pagamentos de impostos, nem pagamentos pontuais, como por exemplo a compra de um carro ou de eletrodomésticos.

classes de rendimento e de riqueza líquida. Com exceção do rendimento, que como se referiu, diz respeito ao rendimento anual em 2009, as restantes variáveis utilizadas na caracterização das famílias referem-se à situação da família ou do indivíduo de referência no momento da entrevista.

O *indivíduo de referência* corresponde ao indivíduo indicado pelo agregado como representante ou ao seu companheiro/marido se o indivíduo de referência for do sexo feminino e tiver um companheiro/marido do sexo masculino que pertença à família. Esta definição do indivíduo de referência permite uma maior harmonização de resultados entre famílias e está em linha com a utilizada no *Survey of Consumer Finances* (SCF) nos Estados Unidos e na *Encuesta Financiera de las Familias* (EFF) em Espanha.

As *classes de idade* correspondem, respetivamente, a menos de 35 anos, entre 35 e 44 anos, entre 45 e 54 anos, entre 55 e 64 anos, entre 65 e 74 anos e 75 anos ou mais.

A *condição perante o trabalho* distingue os trabalhadores por conta de outrem, os trabalhadores por conta própria, os desempregados, os reformados e as outras situações de inatividade, as quais englobam, por exemplo, os estudantes, os permanentemente incapacitados e as pessoas que executam apenas tarefas domésticas não remuneradas.

A variável *profissão* têm três classes relativas ao tipo de profissão e uma quarta classe que engloba os casos das famílias em que o indivíduo de referência não estava a trabalhar no momento da entrevista. As classes das profissões resultam de agregações das categorias 1 dígito da Classificação Nacional de Profissões (CNP) de 1994 e pretendem refletir o grau de qualificações e/ou responsabilidade associados à ocupação do indivíduo de referência. A classe “Profissões com um nível de responsabilidade ou qualificações elevado” inclui as seguintes categorias da CNP: “Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas”; “Especialistas das profissões intelectuais e científicas” e “Forças armadas”. A classe “Técnicos, administrativos ou trabalhadores dos serviços” engloba: “Técnicos e profissionais de nível intermédio”; “Pessoal administrativo e similares”; e “Pessoal dos serviços e vendedores”. Por fim, a classe “Outras situações” inclui: “Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas”; “Operários, artífices e trabalhadores similares”; “Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem” e “Trabalhadores não qualificados”.

Os *níveis de escolaridade* considerados correspondem, respetivamente, ao ensino básico, ensino secundário e ensino superior e referem-se aos níveis efetivamente completados.

Para efeitos de caracterização das famílias definiram-se *classes de rendimento e de riqueza líquida* de acordo com os percentis destas variáveis na população, ou seja na amostra

ponderada. No caso do rendimento consideraram-se seis classes, nomeadamente: famílias cujo rendimento é inferior ao percentil 20; está entre os percentis 20 e 40; entre 40 e 60; entre 60 e 80; entre 80 e 90; e ainda para aquelas em que é superior ao percentil 90. Para a riqueza líquida consideraram-se cinco classes correspondentes às famílias com riqueza líquida: inferior ao percentil 25; entre os percentis 25 e 50; entre 50 e 75; entre 75 e 90; e ainda para aquelas em que é superior ao percentil 90.

Finalmente, a variável *tipo de famílias* tem as seguintes seis classes: apenas um adulto com idade superior ou igual a 65 anos; apenas um adulto com idade inferior a 65 anos; vários adultos, todos com idades superiores ou iguais a 65 anos; vários adultos em que pelo menos um deles tem idade inferior a 65 anos; 1 adulto e uma ou mais crianças; e vários e adultos e pelo menos uma criança. As crianças foram definidas como os indivíduos com idade inferior a 25 anos, que não estejam a trabalhar e que não sejam representantes da família nem tenham uma relação de ascendentes nem de cônjuges ou companheiros com o indivíduo de referência da família.

OCCASIONAL PAPERS

2007

1/07 FINANCIAL SECTOR ASSESSMENT PROGRAMME PORTUGAL: BANKING SYSTEM STRESS-TESTING EXERCISE
— *Economics and Research Department*

2/07 MISS: UM MODELO PARA AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL PÚBLICA PORTUGUESA
— *Maximiano Pinheiro, Vanda Geraldes da Cunha*

MISS: A MODEL FOR ASSESSING THE SUSTAINABILITY OF PUBLIC SOCIAL SECURITY IN PORTUGAL
— *Maximiano Pinheiro, Vanda Geraldes da Cunha*

2008

1/08 HOUSEHOLD WEALTH IN PORTUGAL: REVISED SÉRIES
— *Fátima Cardoso, Luísa Farinha, Rita Lameira*

2009

1/09 THE MAIN TRENDS IN PUBLIC FINANCE DEVELOPMENTS IN PORTUGAL: 1986-2008
— *Jorge Correia da Cunha, Cláudia Braz*

2010

1/10 FINANCIAL STABILITY AND POLICY COOPERATION
— *Vítor Gaspar, Garry Schinasi*

2012

1/12 INQUÉRITO À SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS FAMÍLIAS: METODOLOGIA E PRINCIPAIS RESULTADOS
— *Sónia Costa, Luísa Farinha*